

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA REGIONAL E
DESENVOLVIMENTO

DISSERTAÇÃO

O IMPACTO DO AUXÍLIO EMERGENCIAL NO PIB DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

VICTÓRIA FIGUEIRA BENEDICTO

2022



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS(ICSA)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA REGIONAL E
DESENVOLVIMENTO

O IMPACTO DO AUXÍLIO EMERGENCIAL NO PIB DO ESTADO DO RIO
DE JANEIRO DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

VICTÓRIA FIGUEIRA BENEDICTO

Sob a Orientação do Professor
Thierry Molnar Prates

e Co-orientação do Professor
Everlam Elias Montibeler

Dissertação submetida como requisito parcial
para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**,
no Curso de Pós-Graduação **em Economia**
Regional e Desenvolvimento

Seropédica, RJ
Fevereiro de
2022

Benedicto, Victória Figueira, -
b463 O impacto do auxílio emergencial no PIB do Estado do Rio de Janeiro durante a pandemia da Covid-19. Victória Figueira Benedicto – 2022.1f.: 3 tabs.

Orientador: Thierry Molnar Prates.

Co-orientador: Evelam Elias Montibeler

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto Ciências Sociais Aplicadas.

Bibliografia: f.87-90

1. COVID-19 - Estrutura-produtiva – Rio de Janeiro – Dissertação. 2. Desigualdade de renda – Transferencia de renda – Dissertação. I. Prates, Thierry Molnar. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. III. o impacto do auxílio emergencial no pib do estado do rio de janeiro durante a pandemia da covid-19



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS (ICSA)
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA REGIONAL E
DESENVOLVIMENTO.**

VICTORIA FIGUEIRA BENEDICTO

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Economia Regional e Desenvolvimento**, no Programa de Pós Graduação em Economia Regional e Desenvolvimento-PPGER/ICSA/UFRRJ, área de Concentração em Economia Regional e Desenvolvimento.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 24/02/2022

Professor Dr. Thierry Molnar Prates
Pós-doutor em Desenvolvimento e Planejamento Regional no CEDEPLAR-
UFMG/PPGER/ICHS/UFRRJ
(Orientador-Presidente)

Profa. Dra. Verônica Nascimento Brito Antunes
Doutora em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento
(IE/UFRRJ),
(Examinador Externo)

Prof. Dr. Everlam Elias Montibeler
Doutor em Economia Aplicada-Universidad Complutense de Madrid
UCM/PPGER/ICSA/UFES
(Examinador Interno)

Professor Dr. Joílson de Assis Cabral
Pós-doutor na área de Métodos Quantitativos
COPPE/UFRRJ/PPGER/ICHS/UFRRJ
(Examinador Interno)



Emitido em 24/02/2022

TERMO Nº Folha de Aprovação Dissertação VICTORIA FIGUEIRA/2022 - PPGER (11.39.00.14)
(Nº do Documento: 873)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 03/08/2022 18:12)

JOILSON DE ASSIS CABRAL
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptCEcon (12.28.01.00.00.00.09)
Matrícula: 1847490

(Assinado digitalmente em 02/08/2022 14:49)

THIERRY MOLNAR PRATES
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptCEcon (12.28.01.00.00.00.09)
Matrícula: 1365608

(Assinado digitalmente em 03/08/2022 21:54)

VERONICA NASCIMENTO BRITO ANTUNES
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 088.021.097-45

(Assinado digitalmente em 02/08/2022 14:15)

EVERLAM ELIAS MONTIBELER
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 051.915.177-17

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufrrj.br/documentos/> informando seu número:
873, ano: **2022**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **02/08/2022** e o código de verificação: **d4133d0eb1**

AGRADECIMENTOS:

Agradeço primeiramente e principalmente à minha mãe Jussara, por tudo que me proporcionou na vida, apesar de todas as dificuldades financeiras e afetivas que passamos nos últimos anos, ela foi o motivo principal por ingressar na universidade e seguir meus sonhos. Agradeço a todos que passaram e se foram como meu pai, que faleceu há muitos anos, mas, mesmo longe, contribuiu para eu ser quem sou hoje. Agradeço à minha irmã pelo apoio incondicional e carinho sempre que foi necessário, mesmo que não merecesse. À minha madrinha e à minha prima Janine que esteve ao meu lado durante esse processo longo e difícil. À minha sogra Andrea, ao meu sogro Marcos, às minhas cunhadas Adaiana e Rhayanne e meu cunhado Ramon por me acolherem em sua família e cuidarem de mim e, finalmente, a meu Noivo Renan, que me apoiou em as minhas loucuras acadêmicas.

Ao meu querido orientador Prof. Dr. Thierry Molnar Prates, sou grata por todo apoio ao longo desses dois anos, trocas de conhecimento e amizade que se construíram nesta caminhada. Obrigada por tanto, por me fazer acreditar no meu potencial e confiar a mim esta pesquisa. Aos professores do Programa em Pós-Graduação em Economia Regional e Desenvolvimento (PPGER/UFRRJ), obrigada por contribuírem com seus conhecimentos ao longo desses dois anos. Em especial aos professores Dr. Everlam Elias Montibeler, Dr. Joilson de Assis Cabral e Dra. Maria Viviana de Freitas Cabral pelas sugestões para o aprimoramento desta pesquisa na banca de qualificação. À Verônica Nascimento Brito Antunes por participar da banca de defesa desta dissertação.

Aos meus colegas de turma, meu muito obrigada pelos dias e noites de estudo. Em especial, a Debora, Isabela e Jairo, obrigada por compartilhar suas vivências, choros e felicidades juntos. Sou grata pela amizade, aos momentos de alegrias e também aos de dificuldades.

Finalmente agradeço ao meu bebê, que já tem 4 anos e nasceu no período da minha graduação e me acompanhou no mestrado durante as aulas, seminários, provas, apresentações nessa pandemia, me fazendo companhia em momentos de ansiedade, pressão e realizações. Te amo.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior - Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior - Brasil – (CAPES) – finance Cod. 001.

RESUMO

BENEDICTO, V, F. O impacto do auxílio emergencial no PIB do estado do rio de janeiro durante a pandemia da covid-19. 2021.px Dissertação (Mestrado em Economia). Instituto Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Economia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2021.

Devido à coexistência forçada com o vírus, o isolamento social foi uma das formas de prevenção ao COVID-19 implementada em todo o mundo, sendo altamente debatida se relacionada com a pressão econômica que advém da quarentena, como fechamento de comércios, indústrias e serviços. Esta dissertação tenta estabelecer uma relação entre o pagamento do auxílio emergencial às famílias de baixa renda e seu impacto no PIB do Estado do Rio de Janeiro e no Brasil. Estimou-se o impacto do auxílio emergencial sobre a economia fluminense e nacional (Brasil), tanto a nível setorial quanto agregado. A partir das matrizes insumo-produto para o ano de 2015, estimou-se os impactos diretos e indiretos do auxílio sobre o PIB. Em 2020, a atividade econômica do Rio de Janeiro caiu, apresentando a segunda maior queda da série histórica, superada apenas por 2016. Com a retirada do auxílio, a queda seria bem pior, indicando que a retração do PIB do Estado foi menor que a registrada em 2016. Neste sentido, a principal contribuição deste trabalho foi evidenciar a importância do auxílio emergencial e do Programa Bolsa Brasil na manutenção da renda e consumo das famílias.

Palavras-chave: matriz insumo produto, renda, auxílio emergencial.

ABSTRACT

BENEDICTO, V, F. The impact of emergency aid on the GDP of the state of Rio de Janeiro during the Covid-19 pandemic. 2021. px Dissertação (Master's in Economics). Institute of Applied Social Sciences, Department of Economics, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2021.

Due to coexistence with the virus, social isolation was one of the ways to prevent COVID-19 around the world, being highly depressed if related to the economy that comes from the quarantine, such as the closing of trade, businesses and services. This dissertation tries to establish a relationship between the payment of emergency aid to low-income families and its impact on the GDP of the State of Rio de Janeiro and Brazil. The impact of emergency aid on the state and national (Brazil) economy is estimated, both at a sectoral and aggregate level. From the input-output matrices for the year 2015, the direct and indirect impacts of the aid on GDP are estimated. In 2020, the economic activity of Rio de Janeiro launched the second fall in the historical series, surpassed only in 2016. With the withdrawal of aid, the fall would be much worse, indicating that the retraction of the State's GDP is smaller than that recorded in 2016. In this sense, the main contribution of this work was to highlight the importance of emergency aid and the Bolsa Brasil Program in maintaining families' income and consumption.

Keywords: INPUT OUTPUT MATRIX, INCOME, EMERGENCY AID.

LISTA DE SIGLAS:

AMB - Associação Médica Brasileira

APS - Atenção Primária à Saúde

CADUNICO - -- Cadastro Único

CODACE - Comitê de Datação de Ciclos Econômicos

CONASS - Conselho Nacional de Secretários de Saúde

COVID-19 -- *CoronavirusDisease* 2019

CPI -- Comissão Parlamentar de Inquérito

FGV - Fundação Getúlio Vargas

FIPE - Fundação Instituto de pesquisas econômicas

IBGE - -- Instituto Brasileiro De Geografia e Estatística

IGP-M - Índice Geral de Preços - Mercado

IPEA - Instituto De Pesquisa Econômica Aplicada

MIP -- Matriz Insumo Produto

MP -- Ministério Público

OMS - Organização Mundial da Saúde

PBF - Programa Bolsa Família

PIB - -- Produto Interno Bruto

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

POF -- Pesquisa Orçamentária Familiar

SARS Cov 2 - *SevereAcuteRespiratorySyndromeCoronavirus 2*

SDRA - Síndrome Do Desconforto Respiratório Agudo

STF -- Supremo Tribunal Federal

SUS - Sistema de Saúde Universal

SUS - -- Sistema Único de Saúde

TECPAR - Instituto de Tecnologia do Paraná.

LISTA DE TABELAS:

Tabela 1 Classes de rendimento total e variação patrimonial mensal familiar.....	33
Tabela 2 Consumo das famílias por faixa de renda e por setor.....	37
Tabela 3 Cesta de consumo do consumidor representativo	40
Tabela 4 Transferências que ficaram e saíram do Estado do Rio de Janeiro	42

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Impactos diretos e indiretos do auxílio emergencial sobre os setores do Estado do Rio de Janeiro (%)	44
---	----

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	5
RESUMO.....	6
ABSTRACT	7
LISTA DE SIGLAS:.....	8
INTRODUÇÃO	12
CAPITULO I- AUXÍLIO EMERGENCIAL: MULTIPLICADOR KEYNESIANO E POLITICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA.....	13
1.1 A teoria keynesiana no contexto do Auxílio Emergencial	13
1.2 Auxílio Emergencial e os programas de tranferência de renda	19
CAPITULO II - ISOLAMENTO SOCIAL E SUA DINÂMICA SOBRE A ECONOMIA ESTADO DO RIO DE JANEIRO	22
2.1 Dinâmicas de isolamento social.....	22
2.2 O papel da ação política no Brasil e Rio de Janeiro.....	23
CAPITULO III - ASPECTOS METODOLÓGICOS – A MATRIZ INSUMO- PRODUTO E SUA APLICAÇÃO	29
3.1 Referencial teórico Matriz Insumo Produto.....	30
3.2 Descrição dos dados.....	32
CAPITULO IV- RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	37
4.1 Impacto do Auxílio Emergencial no Rio de Janeiro	40
5. CONCLUSÃO.....	47
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	49

INTRODUÇÃO

O ano de 2020 pode ter sido um dos piores momentos da humanidade no pós- Segunda Guerra Mundial, com mais de 5,78 milhões mortes em quase 200 países e 403 milhões pessoas infectadas pela SARS-CoV-2. (FGV, 2020). A pandemia gerada pelo surto do vírus SARS-Cov-2 teve origem na província de Wuhan, na China, no final de 2019 e se espalhou rapidamente pelo mundo, em meados de 2020 (OMS, 2020). A pandemia trouxe consequências em todo o mundo, tendo como principais dificuldades a queda da renda das famílias, o desemprego generalizado devido ao isolamento social, assim como a queda da arrecadação perante a governos, além da estagnação econômica advinda do fechamento de empresas e indústrias. O projeto de lei do auxílio Emergencial surgiu nessa ótica, tendo como objetivo ser destinado para indivíduos desempregados e trabalhadores autônomos. O projeto de lei abrange trabalhadores formais desde que atendidas às condições e requisitos estipulados na lei. Para, assim, garantir o mínimo de renda a uma população mais pobre em um período de crise sanitária, onde houve fechamento de comércios e indústrias, levando ao desemprego.

Nesse contexto, o presente artigo tem por objetivo analisar o impacto do Auxílio Emergencial no PIB, bem como verificar o efeito da ausência do auxílio emergencial no consumo das famílias sobre os níveis de desigualdade. Para tanto, utiliza-se matriz de insumo-produto para o arranjo populacional do Estado do Rio de Janeiro para o ano de 2015 disponibilizada por Haddad et al (2020). Neste sentido, a principal contribuição deste trabalho é evidenciar a importância da contribuição do auxílio emergencial no arrefecimento dos impactos econômicos da pandemia de COVID-19 no Estado do Rio de Janeiro. Por meio dos resultados encontrados, é possível apontar para a necessidade de discussão de implantação de um projeto de renda básica Brasileira, visto que o auxílio emergencial impactou de forma significativa o PIB do Estado.

A dissertação está dividida em IV capítulos, o primeiro dedicado a discorrer sobre o auxílio emergencial sua criação e sua relevância dentro da teoria econômica. O capítulo II esclarece questões a respeito do isolamento social, seus impactos e formas de aplicação no Brasil. O terceiro capítulo abrange todos os aspectos metodológicos abordados no trabalho, enquanto o último capítulo apresenta o resultado e as discussões finais, seguidos da conclusão da dissertação.

CAPITULO I- AUXÍLIO EMERGENCIAL: MULTIPLICADOR KEYNESIANO E POLITICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

1.1 A teoria keynesiana no contexto do Auxílio Emergencial

Sobre as transferências de renda, Carvalho (1992) destaca que a utilização do mecanismo de renda mínima é consistente com o pensamento keynesiano. O desenho da distribuição de renda individual é político e sua solução deve ser política.

Do pós-guerra até o final da década de 1960, em alguns casos, como no Brasil até a década de 1970, a política econômica keynesiana foi amplamente utilizada em países desenvolvidos e em desenvolvimento. Nesse período, a gestão da política fiscal consistia basicamente em aumentar o déficit ou reduzir o superávit do governo caso houvesse recessões, ou aumentar o superávit em momentos de crescimento econômico. Em muitos casos, a política fiscal de orientação keynesiana na verdade significou operar no setor público com déficit contínuo. Ao mesmo tempo, na maioria desses países, este período do pós-guerra foi caracterizado por altas taxas de crescimento econômico e baixa inflação, o que parece comprovar o sucesso do modelo (HERMANN, 2006).

Para Keynes (1998), o elemento fundamental da política fiscal é o gasto público, especialmente investimentos, e não necessariamente o déficit. Nos anos 70, após o primeiro choque do petróleo e o colapso do padrão câmbio-ouro tendo como moeda padrão o dólar, a situação econômica mundial foi marcada pela inflação e desemprego. Autores como M. Friedman (1971) criticaram o modelo e, a partir da década de 1970, economistas da escola "neoclássica" enfatizaram os efeitos colaterais dos déficits públicos e a sustentabilidade política e macroeconômica de seus resultados. Entre os fatores criticados pelos neoclássicos, evidenciava-se o efeito *crowding-out*, em que os déficits públicos farão com que as taxas de juros subam, "estrangulando" os gastos privados, especialmente os investimentos. Outra crítica realizada foi em relação à inflação, causada pelo excesso de demanda que supera as expectativas. Essas características negativas demonstrariam, segundo eles, a ineficácia da política fiscal keynesiana como ferramenta anticíclica (HERMANN, 2006).

O conceito apresentado a seguir foi organizado por Keynes, na Teoria Geral: Em sua Teoria Geral do Emprego, Juros e Moeda (1936), ao contrário do que pensavam seus críticos, o elemento fundamental da política é o gasto público, especialmente na área de gestão orçamentária, Keynes sugeriu que os governos utilizassem duas operações orçamentárias

distintas: O orçamento regular "normal" para gastos do consumidor e o orçamento de capital "discricionário" para investimento do governo. (KEYNES, 1988).

O orçamento ordinário seria responsável pelos gastos correntes do Estado e equilibrado buscando sempre um superávit. O orçamento de capital seria a conta de longo prazo responsável por manter a estabilidade dos produtos e do emprego, além de regular as oscilações do ciclo econômico (COIMBRA, 2018).

O primeiro deve ser sistematicamente equilibrado e, sempre que possível, superavitário. Idealmente, esses superávits devem ser gerados por um aumento endógeno da receita do governo, ou seja, pelo aumento da base tributária que ocorre em tempos de prosperidade. Nessas fases, os recursos governamentais remanescentes devem constituir um fundo para financiar os gastos com investimentos públicos, necessários em períodos de demanda efetiva insuficiente. A este respeito, deve-se notar também que Keynes propôs medidas preventivas, e não corretivas, a serem tomadas pela política fiscal e monetária. Em outras palavras, o objetivo da política fiscal deve ser evitar déficits na demanda efetiva, não compensar após o fato (HERMANN, 2006). Em suma, na abordagem keynesiana, a política fiscal baseada no déficit só é recomendada como último recurso, em uma recessão que já ocorreu, quando a arrecadação está comprometida e a necessidade de executar o investimento público pode exceder a disponibilidade de recursos do próprio governo (HERMANN, 2006).

Uma variedade de autores estuda a relação entre crescimento econômico e política fiscal, utilizando principalmente duas variáveis, o gasto público e a renda nacional. Do ponto de vista teórico, a hipótese keynesiana, foi um dos primeiros estudos nesta frente de pesquisa sobre o gasto público. A teoria keynesiana tradicional afirma que, no curto prazo, a política fiscal afeta positivamente o nível de atividade econômica por meio do multiplicador de gastos. Portanto, o gasto público é considerado uma ferramenta de política econômica exógena que induz mudanças no nível geral do PIB real no curto prazo e é usada para corrigir flutuações cíclicas da economia (GADELHA, 2011).

A visão de Keynes é embasada sob duas óticas, a primeira estabelece que uma política expansionista de gastos não gera necessariamente um déficit, uma vez que o próprio crescimento da renda levaria a um aumento da tributação. O crescimento da renda leva ao aumento da poupança, que por sua vez aumenta a demanda por títulos (como a dívida pública)

para financiar o déficit remanescente de forma não inflacionária. O segundo pilar é o impacto do ativismo estatal nas expectativas empresariais, o que sugeriria manter a alta demanda agregada e estimular o investimento privado, tornando desnecessário o gasto público mais amplo. Os déficits fiscais ocorrem quando esses impactos previstos não se materializam (DE CARVALHO, 2008).

Keynes pontuou dois problemas centrais com o capitalismo moderno. Um deles, destacado aqui, diz respeito que a concentração excessiva de renda e riqueza leva à separação das classes sociais. Isso dificulta que as economias modernas mantenham o pleno emprego porque os beneficiários concentrados consomem uma proporção relativamente pequena de sua renda, enquanto os pobres que consomem proporcionalmente mais são privados dessa possibilidade (DE CARVALHO, 2008).

Conforme discutido na Teoria Geral, para Keynes, os dois principais problemas referentes aos sistemas econômicos monetários eram a incapacidade de alcançar o pleno emprego e a extrema desigualdade de renda e riqueza. O autor sugere que o Estado implemente um programa de investimentos para alcançar o pleno emprego e controlar os ciclos econômicos inerentes ao sistema (COIMBRA, 2018).

Keynes acreditava que a principal forma de resolver esse problema era promover mudanças institucionais, como a introdução de impostos progressivos, de capital e, principalmente, de herança. A política econômica pode ajudar, mas não é particularmente eficaz (DE CARVALHO, 2008). Além disso, o autor propõe uma série de medidas fiscais destinadas a alcançar o crescimento da renda, aumentando a propensão a consumir, estimulando o consumo entre os mais pobres e reduzindo a desigualdade de renda.

Para Keynes, combater o desemprego exigiria uma postura ativa do Estado. A manutenção do pleno emprego só pode ser garantida se o Estado estiver disposto a intervir quando a demanda agregada for insuficiente. É nesse contexto que surge a típica estratégia de política econômica keynesiana. Além disso, Coimbra (2018) enfatiza o papel dos estabilizadores automáticos de transferências, benefícios de desemprego e outros pagamentos de seguridade social que são anticíclicos. No entanto, as políticas sociais devem ser analisadas com base nas características de cada país, especialmente naqueles com alta concentração de renda e grandes disparidades sociais. As transferências governamentais para pessoas físicas

atuam como fontes eficazes e diretas de redistribuição de renda, substituindo outros tipos como transferência via impostos.

De Carvalho (2008) destaca que o gasto público não é apenas uma forma de gestão da demanda agregada. É responsabilidade do Estado promover gastos básicos para prover bens públicos, como segurança nacional, saúde, educação, etc. Nesse sentido, as ofertas de tais bens devem ser permanentes, independentemente do nível de atividade econômica.

Assim, o debate em torno dos direitos humanos tem se intensificado nos últimos anos. Tanto nas políticas públicas quanto na academia, as teorias empíricas que focalizam o comportamento dos atores políticos e sociais ganharam maior importância nos últimos anos, razão pela qual a ação estatal perdeu seu prestígio. Nesse contexto, os programas de transferência de renda tornaram-se uma das principais ferramentas do Brasil para erradicar a fome e garantir o direito à alimentação. Diversas propostas têm circulado amplamente no Brasil ao longo dos anos, recebendo uma maior atenção nas últimas duas décadas. O programa Bolsa Família foi o programa que teve mais êxito a nível nacional em ajudar os pobres, em comparação aos programas que existiam anteriormente no país. Outros estudos no Brasil destacaram que o programa fornece apoio importante para garantir um mínimo de sobrevivência para muitas famílias Brasileiras de baixa renda (ZIMMERMANN, 2006).

Na maioria dos programas de garantia de renda mínima estabelecidos, os municípios repassam valores monetários apenas para famílias com crianças em idade escolar, não tendo direito a esse benefício outros grupos carentes, como idosos, deficientes e outros. O Bolsa Família impõe certas condições à concessão dos benefícios, tais como: acompanhamento do Estado de saúde e nutrição da família, frequência escolar e acesso à educação alimentar. Para um controle efetivo do programa, foi criada uma rede de fiscalizações domiciliares, envolvendo a Controladoria Geral da União, o Tribunal de Contas, além de procuradores federais e procuradores de todas as comarcas do país (ZIMMERMANN, 2006).

Segundo Frota (2011), as discussões sobre os programas de transferência de renda e o processo de desenvolvimento e implementação são cada vez mais importantes no cenário político, na mídia e na sociedade civil. Essa visão se deve, naturalmente, à complexidade da discussão, principalmente devido às mudanças estruturais trazidas pelo processo de globalização.

Segundo Keynes, os gastos do governo, como os gastos privados, geram uma renda de valor maior em toda a economia do que os gastos realizados através do efeito multiplicador. Isso ocorre porque as compras feitas pelo governo criam novas demandas para as empresas, que, ao aumentar a produção, aumentaram as encomendas de fornecedores, ao mesmo tempo em que aumentaram o nível de trabalhadores que empregavam. Esse processo continua ao longo da cadeia produtiva, sejam empresas que inicialmente se beneficiam do aumento da demanda do Estado, ou empresas associadas ao consumo de trabalhadores e outras populações geradoras de renda. No caso das transferências de renda para as famílias, quanto maior a propensão marginal a consumir, ou seja, quando a renda aumenta em uma unidade, quanto maior a parcela gasta em consumo, maior o impacto (MARQUES, 2004).

A função mais conveniente que Keynes usou para lidar com os gastos de consumo das famílias foi relacionar o consumo de unidades salariais com a renda medida na mesma unidade, correspondente a uma certa quantidade de emprego. Apesar de algumas limitações, Keynes acabou por definir a propensão a consumir como a relação funcional de determinado nível de renda medida em unidades de salários e gastos de consumo que se torna da renda (CARVALHO, 2018).

Para a população alvo de programas de transferência de renda, principalmente famílias definidas como de baixa renda, a propensão marginal a consumir é uma das mais altas. Os efeitos multiplicadores são maiores quanto mais focalizadas são as transferências nos mais pobres, porque essas famílias possuem uma maior propensão marginal a consumir, mesmo que se considere que uma parcela importante do seu consumo independe da renda. Portanto, o aumento da renda dos mais pobres vem do retorno da parte da política pública na forma de aumento na arrecadação de impostos (NERI, 2013).

Uma proposta que ressurge, depois de anos no ostracismo, é a política de renda básica para a população. A característica principal do projeto de renda básica é possibilitar poder de compra de forma regular à população pobre por um determinado período de tempo (semana, mês ou ano) ou até de modo permanente, dependendo da proposta. É possível desenhar um benefício que tenha todas as outras características de uma renda básica, mas que seja pago à vista, por exemplo, no início da idade adulta ou por vulnerabilidade social e econômica. Mesmo que se proteja a renda básica contra embargo por parte de credores, a segurança que esta dará tornará mais fácil para os seus beneficiários tomarem empréstimos

em qualquer nível e, assim, reduzir a lacuna entre as séries de opções abertas respectivamente por uma indenização básica única e uma renda básica regular (CAVAGNOLI, 2020).

“No Brasil, o trabalho de “Naercio Menezes Filho, Bruno Komatsu e João Rosa”, mostrou que o auxílio emergencial pagou até R \$ 1.200 por mês para 38 milhões de famílias em 2020, reduzindo a pobreza em aproximadamente 10 pontos percentuais e mantendo temporariamente a desigualdade de renda em seu nível mais baixo já registrado. As políticas de apoio às famílias, empresas e ao setor financeiro serão uma combinação de medidas de liquidez e solvência” (MENEZES FILHO, 2021, pg 5)

A urgência da crise sanitária exige a formulação de estratégias políticas e econômicas para garantir uma renda mínima, em primeiro lugar para as camadas mais vulneráveis da população e, em segundo lugar, para aquelas partes que não têm renda formal devido à crise. A transferência direta de renda é um dos programas sociais mais comuns usados por governos em todo o mundo para combater o impacto econômico da pandemia do coronavírus. Ela protege grupos vulneráveis da insegurança alimentar, do desemprego e de outras ameaças à desigualdade de gênero (MENEZES FILHO, 2021).

O papel do negacionismo que desqualifica análises científicas e mais cautelosas para lidar com a pandemia escancara uma estratégia ineficiente de enfrentamento à pandemia, resultando em uma política de morte. Assim, algumas ações políticas nesta crise sanitária devem ser entendidas como reflexo e produto de um conjunto de medidas tomadas ao longo dos últimos anos com intuito de debilitar e desarticular o Sistema de Saúde Universal (SUS). A Atenção Primária à Saúde (APS) tem sido gravemente afetada de forma paradoxal pela sua capacidade em atender a maior parcela dos problemas de saúde da população. Contudo, ao mesmo tempo em que a APS encontra percalços para seu funcionamento, ela se apresenta como provedora estratégica do cuidado especialmente no momento atual da pandemia, onde pessoas com comorbidades podem ter seus casos agravados (CAVAGNOLI, 2020).

Atualmente, estamos vivendo um momento delicado da SARS-Cov 2 e não há certeza de quando estaremos completamente livres da doença, mesmo com vacinação. Considerando fatores como idade e comorbidades relacionados, essa doença possui vários níveis de gravidade. Uma pandemia como essa requer a formulação urgente de estratégias de proteção à vida, ou seja, políticas e medidas eficazes de atenção à saúde. No contexto do Brasil, tem-se convivido com narrativas que incentivam a polarização social, que, por muitas

vezes, negam ou diminuem a gravidade da pandemia, desconsiderando a ciência como fonte fidedigna de informações (PRECIADO, 2020).

A pandemia gera incertezas em diversas esferas do Poder Público, dentre as quais é possível destacar: mudanças no comportamento de agentes, aumento da aversão ao risco; aumento do medo do colapso do sistema de saúde; declínio no comércio e investimento internacional; além de outros problemas econômicos que podem surgir, dependendo do grau de habilidade de política pública adotada. Evidencia-se que a incerteza global desta pandemia é muitas vezes maior do que a incerteza das pandemias anteriores, impactando, assim, em graus variados, quase todos os setores econômicos (CONTI, 2020).

Nesse contexto de grande incerteza, um risco econômico de grande relevância é a destruição da cadeia produtiva, o que pode levar à escassez de bens essenciais durante a pandemia e possivelmente retardando a recuperação econômica. É difícil prever o impacto da falta de produtos básicos, sejam eles médicos, alimentares ou de higiene. Contudo, as políticas de transferência de renda (direta e indireta) são ferramentas eficazes para mitigar o impacto econômico da crise pandêmica causada pelo novo coronavírus. Isso requer ações conjuntas e coordenadas entre os entes federados (governos federal, estaduais e municipais), cuja efetividade está relacionada à capacidade de priorizar os grupos e espaços mais vulneráveis (ARRAIAS, 2020).

1.2 Auxílio Emergencial e os programas de transferência de renda

O Auxílio Emergencial instituído pela Lei nº 13.982 de 2020 abrange parte da população, como os beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) e os inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico). Além desses, o benefício abrange também trabalhadores informais, autônomos e microempreendedores individuais (CARDOSO, 2020).

O projeto de lei do Auxílio Emergencial surgiu a partir de outros dois projetos: o projeto da Renda Básica de Cidadania, pela Lei nº 10.835, instituído em 2004 e que não foi regulamentado pelo poder executivo, e o Programa do Seguro-Desemprego, referente a Lei nº

7.998, de 1990 destinado para alguns trabalhadores formais desempregados. O projeto de lei abrange trabalhadores formais desde que atendidas às condições estipuladas na lei.

Os programas de transferência de renda são cada vez mais usados nas políticas sociais de combate à pobreza em países em desenvolvimento. Tais programas têm como objetivo fornecer assistência de curto prazo às famílias em situação de vulnerabilidade, aliviando, assim, a atual situação de pobreza e trazendo benefícios para melhorar o bem-estar familiar, incluindo a redistribuição de renda e a promoção da inclusão social (RESENDE, 2008). Eles podem ser divididos em dois tipos principais: o que tem como objetivo abarcar idosos e pessoas com deficiência ou invalidez; e o tipo de benefício mais comum, aquele destinado a combater a pobreza ou extrema pobreza junto à população sem restrição por idade ou por deficiência de qualquer tipo (BECKER, 2020)

Muitos dos programas se utilizam de pesquisas para buscar o público alvo de políticas de transferência de renda, dentre elas a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é destacada, por ser uma fonte relevante de verificação das alterações da composição da renda familiar, da evolução da desigualdade de renda e de outros indicadores sociais no país (IBGE, 2018).

Não obstante, de acordo com a pesquisa “Bem-Estar Trabalhista, Felicidade e Pandemia”, do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), os índices que verificam a desigualdade de renda, como o Índice de Gini, usado para avaliar a distribuição de riquezas de determinado lugar, passou de 0,642 no primeiro trimestre de 2020 para 0,674 no mesmo período de 2021, o que é considerado um retrocesso, no período de pandemia, indicando os efeitos negativos que a crise sanitária teve no país.

Previsto na constituição Brasileira de 1988 como direito fundamental, o “direito à transferência de renda” é uma conquista que não pode ser retirada do cidadão que dele necessitar. Por se tratar de cláusula pétrea, nem mesmo reformas constitucionais seriam passíveis de anulação desse direito, conforme dispõe o Art. 60, § 4º, IV da Constituição Federal. De toda forma, mesmo com respaldo, um programa específico de transferência de renda pode ser interpretado como política governamental.

Portanto, programas de transferência de renda mínima como bolsa família e o próprio auxílio emergencial podem ser mudados ou até revogados. Ou seja, do ponto de vista legal, a revogação por um ato legislativo é validada se for semelhante ao da instituição do programa, tendo, assim, como exemplo, o bolsa família, no qual sua revogação pode ser feita por lei ordinária. Todavia, tendo em vista o vasto conhecimento da população acerca de determinados programas e o clamor que o encerramento do mesmo possa trazer, seria exigível um programa de transferência de renda, partindo do mesmo princípio da política pública anterior para o substituir (BECKER, 2020).

O impacto da pandemia na vida da população agravou ainda mais a situação de desigualdades sociais no país, ao passo que identificou a dificuldade do governo em lidar com a pandemia e as questões sociais, no que diz respeito ao cumprimento das recomendações do Ministério da Saúde em relação ao isolamento social e aos protocolos sanitários. Projetos de renda básica e de tipos de benefício monetários permanentes não são novos no Brasil e não começaram a ser discutidos a partir da pandemia. No começo da década de 2000, foram propostos projetos de transferências de renda continuada, chamado “Renda Básica de Cidadania”, instituída na Lei Federal 10.835/04, que mesmo legislada não foi efetivada no Brasil.

Diante do cenário de crise econômica e sanitária, faz-se necessário pensar políticas de redistribuição de renda efetiva, que se estenda para além do período pós pandemia, para que assim se possa garantir condições mínimas de sobrevivência para aqueles considerados na faixa ou abaixo da faixa da pobreza no Brasil (CORREA, 2021).

CAPITULO II - ISOLAMENTO SOCIAL E SUA DINÂMICA SOBRE A ECONOMIA ESTADO DO RIO DE JANEIRO

2.1 Dinâmicas de isolamento social

A atual doença por Coronavírus 2019 COVID-19 é uma emergência global, pois provoca agravamento de doenças preexistente nos indivíduos, principalmente pulmonares, e apresenta disseminação rápida. Em escala global, o número de pessoas infectadas com a Síndrome Respiratória Aguda Grave do Coronavírus 2 (SARS-CoV-2), está aumentando rapidamente. Pacientes com COVID-19 podem apresentar sintomas graves de pneumonia, síndrome do desconforto respiratório agudo (SDRA) e falência de múltiplos órgãos. Antes da Covid-19, a última pandemia com intensidade semelhante a esta ocorreu em 1918, durante o surto de "gripe espanhola" (ACIKGOZ, 2021)

A Covid-19 é um problema global e a economia mundial praticamente paralisou diante da doença. A China, país mais populoso do mundo, com quase 1,4 bilhão de habitantes, luta contra a pandemia desde dezembro de 2019, tendo essa batalha repercutido fortemente na economia chinesa no primeiro semestre de 2020. Durante este período, a China passou por um declínio de -6,8% no seu PIB. Com a melhoria das condições de saúde e o relaxamento das restrições do país, o mesmo vem se recuperando ao longo do ano, tendo a taxa de crescimento do PIB da China em 2,3% no ano de 2020 (WORLD BANK, 2019).

No Brasil, desde que o primeiro caso foi confirmado em 26 de fevereiro de 2020, a situação epidêmica em todos os Estados Brasileiros vem aumentando rapidamente. Em fevereiro de 2022, o número de casos e mortes no Brasil era de 27 milhões de casos e 635.000 mortes, apresentando uma taxa de letalidade de 2,6% e a taxa de mortalidade de 296,5 a cada 100 mil habitantes (CONASS, 2022). Segundo dados da plataforma *Our World In Data da University Of Oxford*, consultado em janeiro de 2022, a média móvel do número de mortos por covid-19 no Brasil é de 1.278 mil. A disseminação do número de casos e óbitos entre as regiões do Brasil é muito significativa.

O Estado de São Paulo foi considerado o epicentro do início do surto, com cerca de 3 milhões casos confirmados e mais de 134 mil óbitos concentrados. Além de São Paulo, a doença se espalhou para outros Estados, como no Estado do Rio de Janeiro, o qual foi um dos epicentros de casos confirmados e óbitos nesta época (MINISTÉRIO DA SAÚDE DO BRASIL, 2021).

Variadas intervenções na saúde pública podem ser realizadas para controlar o surto de uma doença infecciosa. Dentre elas, podem ser adotadas medidas de isolamento de pacientes em quarentena. Evidentemente, isolar pacientes inclui separar pessoas infectadas de pessoas não infectadas com objetivo de proteger aquelas que ainda não contraíram a doença. Considerando que é difícil isolar todos os casos e rastrear todos os contatos, a eficácia dessa estratégia pode ser reduzida quando a transmissão ocorre antes da fase de sintomas (SCHUCHMANN, 2020).

Por outro lado, o isolamento afasta pessoas que não estão doentes, para impedir que as mesmas se infectem, além de monitorar caso elas tenham sido expostas a fontes de infecção e não apresentem sintomas, garantindo a detecção precoce da doença. No Brasil, as perspectivas de estimativas eficazes e confiáveis do número de casos e óbitos de COVID-19 são incertas devido a subnotificação e dados conflitantes de vários níveis de autoridades governamentais (SCHUCHMANN, 2020).

Em 2020, a economia ainda pode ser estimulada por meio de políticas monetárias, fiscais e de crédito. A partir de 2021, o Governo Federal tem como proposta promover a retomada da atividade econômica, de acordo com a agenda de reformas, com foco na consolidação fiscal. Embora outros países sejam muito eficientes na aplicação de medidas de testes, distanciamento social e bloqueio, no Brasil a disseminação do coronavírus é mais rápida. Diante de uma pandemia, devido a equipamentos de segurança insuficientes, falta de pessoal e incapacidade de realizar testes em grande escala, medidas de saúde viáveis de curto prazo são isolamento social, uso de máscaras e autorização para operar apenas os serviços necessários (UFRRJ - IE, 2020).

2.2 O papel da ação política no Brasil e Rio de Janeiro

As políticas públicas são pensadas dentro de uma racionalidade governamental. Isso significa dizer que uma política pública foi possível de ser arquitetada quando os fenômenos ligados à reprodução da vida começaram a ser fundamentais de serem geridos, num contexto de produção industrial. Os corpos e suas forças adentram no domínio do público, sendo objeto das práticas de governo. Discutimos anteriormente como a população passa a ser alvo de investimento de políticas. Historicamente, a medicina e o campo da saúde têm se estruturado

em um modelo onde a manutenção da vida e, por conseguinte, da força de trabalho, é vital para o capital e sua projeção de lucros (CAVAGNOLI, 2021).

Nessa perspectiva, o primeiro caso confirmado de transmissão interna do novo coronavírus no Brasil ocorreu em 5 de março de 2020, e subiu para 8 casos ao decorrer do mês, precisamente, 6 casos em São Paulo, 1 no Espírito Santo e 1 no Rio de Janeiro. Em menos de uma semana, o Brasil confirmou 234 casos de infecção por coronavírus. Além disso, capitais como Rio de Janeiro e São Paulo possuíam confirmação de transmissão comunitária registrada, ou seja, a origem da contaminação do vírus não poderia ser determinada, levando o país a uma nova fase da estratégia de contenção da COVID-19, que consistiu em criar condições para a prevenção e contenção do vírus (SANAR,2020).

Nota-se que o Estado do Rio de Janeiro declarou Estado de Emergência no segundo trimestre de 2020 e formulou medidas provisórias para evitar a propagação do novo coronavírus, como restrição a algumas atividades, como: aquelas com presença de público; visitas a pacientes hospitalizados com diagnóstico de Covid-19; aulas nas redes pública e privada; entre outros. Portarias e decretos por todos o país foram promulgados limitando horários de funcionamento de bares, restaurantes e lanchonetes; fechando estabelecimentos de alimentação em shoppings, cinemas, teatros, academias e igrejas; além de reduzir a capacidade do transporte público. Permaneceu abertos somente o que foi considerado como serviços essenciais à população como serviços de saúde, comércio e indústrias (SANAR, 2020).

Para estimular o isolamento social neste período, a Portaria Nº 5 de 2020 do Ministério da Saúde, por exemplo, estipulou que a negação do isolamento e da quarentena determinados pelas autoridades em caso de emergência se enquadrariam como crime, o qual põe em risco a saúde pública. Além da multa, a norma autoriza que quem descumprisse as medidas preventivas de higiene seria punido penalmente, com a possibilidade de cumprir pena de um mês a um ano aprisionado (CONJUR, 2020).

Outras ações foram postas em prática, como o artigo 4º da Lei Federal nº 13.979/2020, a qual eram autorizados contratos emergenciais no Estado do Rio de Janeiro, sem necessidade de licitação, para aquisição de insumos destinados ao atendimento de emergências de saúde pública (SILVA, 2021). Entretanto, deve-se atentar para o fato de que

as emergências oriundas da pandemia criaram um risco maior de fraude e corrupção, pois tais situações podem ser utilizadas para obter ganhos ilícitos, fato que ocorre principalmente em países de baixa renda e em desenvolvimento (FILHO, 2020).

Consoante a isto, verifica-se que médicos enviaram reclamações sobre a falta de equipamentos de proteção individual para tratar pacientes com Covid nos primeiros meses de pandemia. Cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre apresentaram destaque nos índices de reclamações. Os dados são da Associação Médica Brasileira (AMB), a qual também levantou alertas durante o período de 2020 sobre o descaso com aquisição de imunizantes no Brasil (SANAR, 2020).

Evidentemente, os processos de vacinação em massa foram colocados de lado no ano de 2020. Entretanto, em 2021, o Brasil recebeu o primeiro lote de vacinas contra a Covid-19, desenvolvido pela Oxford University, no Reino Unido. Foram vacinados 2.000 voluntários brasileiros, a vacinação foi realizada inicialmente em SP e RJ, onde, nesse último, a Secretaria Estadual de Saúde descobriu uma nova variante da COVID. A cepa foi chamada de P.1 por se tratar de uma alteração ocorrida na linhagem P.1, que surgiu em Manaus, sendo esta variante mais letal e mais transmissível (SANAR, 2020).

Para garantir mais doses à população Brasileira, o país assinou acordos de transferência de tecnologia. Um contrato pelo Estado de São Paulo, com o Instituto Butantan e com a empresa chinesa Coronavac (FIOCRUZ, 2020). Todavia, em 21 de outubro de 2020, o Presidente da República não permitiu que o Ministério da Saúde comprasse um lote de 46 milhões de doses das referidas imunizações, afirmando na mesma oportunidade que toda e qualquer vacina é descartada (AGUIAR, 2020).

Sob intensa pressão da população, em janeiro de 2021, o governo federal assinou o primeiro contrato de compra do CoronaVac por 46 milhões de doses, lançando o programa nacional de imunização apenas em março (HOMERO, 2021). Depoimentos colhidos no relatório investigativo da CPI das Vacinas mostraram que o Instituto Butantan buscou cooperação com o governo federal e o Ministério da Saúde no início da pandemia, mas o governo não agiu para estimular a produção no Brasil. Enquanto isso, o Instituto informou que fez ofertas ao Ministério da Saúde, em 30 de julho e 18 de agosto de 2020, de 60 milhões

de doses a serem entregues até dezembro de 2020, mas o Ministério não as aceitou (CPI COVID-19 SENADO FEDERAL, 2021)

Em 7 de outubro de 2020, uma oferta adicional de imunização foi fornecida ao Ministério da Saúde, com aproximadamente 100 milhões de doses, além de 45 milhões de doses ainda com probabilidade de serem entregues em dezembro de 2020. As negociações com o Instituto Butantan e o Ministério da Saúde começaram a avançar, mas no dia seguinte o Presidente da República não permitiu as referidas compras. Para esclarecer, em dezembro de 2020, o Instituto Butantan produziu e utilizou 5,5 milhões de doses, contra apenas 4 milhões globalmente tendo sido distribuídas por outras farmacêuticas (CPI COVID-19 SENADO FEDERAL, 2021).

Posteriormente, o Ministério anunciou na mídia que estava se reunindo com a Pfizer, Janssen, Moderna, Sputnik V, do Instituto de Tecnologia do Estado do Paraná (TECPAR) e do Instituto Gamaleya russo, e a BharatBiotech, empresas farmacêuticas as quais mantinham contato sobre o andamento das descobertas de pesquisa, para que seus resultados pudessem ser usados em novas decisões de aquisição (OLIVEIRA,2020).

No que diz respeito a Pfizer, o Brasil permanece inerte aos suprimentos de vacinas, que iniciaram apenas a partir de agosto de 2020. As primeiras reuniões concretas foram realizadas em maio e junho de 2020, e o primeiro plano de entrega definitivo do agente imunizante foi apresentado apenas em julho do mesmo ano (CPI COVID-19 SENADO FEDERAL, 2021).

Nos dias 14 de agosto e 11 de novembro de 2020, a farmacêutica apresentou oficialmente uma proposta de venda da vacina para o Brasil e, em 15 de fevereiro de 2021, a desenvolvedora apresentou proposta de 100 milhões de doses, que também foi ignorada pelo Ministério da Saúde. Em março de 2021, o Ministério da Saúde decidiu comprar vacinas realizando a aquisição de 100 milhões de doses. Neste caso, passaram-se mais de 200 dias desde a primeira proposta até a assinatura do primeiro contrato (CPI COVID-19 SENADO FEDERAL, 2021).

Quanto aos imunizantes da Moderna e da Janssen, o relatório apontou que as negociações foram lentas, seguindo o modelo de negociação da Pfizer e Butantan. A julgar

pelo histórico de negociação dessas duas vacinas, houve algumas reuniões entre os desenvolvedores e o governo brasileiro, mas somente em 18 de março de 2021 foi assinado o contrato de compra do agente de imunização da Janssen por 38 milhões de doses (CPI, 2020).

Foi realizado um outro acordo de contrato de encomenda com o Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos da Fundação Oswaldo Cruz, com a Universidade britânica Oxford, distribuída e comercializada pela farmacêutica AstraZeneca, que trabalha com a Universidade de Oxford. Por outro lado, os tratamentos associados a esta vacina são diferentes, com apoio federal, as primeiras doses foram entregues em 23 de janeiro de 2021, cerca de 2 milhões de doses. O quadro factual mostra que o governo federal mantém uma relação próxima e direta com a Fiocruz e, curiosamente, não há registro de atrasos aparentemente contraditórios ou desinteresse em adquirir este imunizante, pois com outras farmacêuticas, conforme explicado, sempre houve um impasse (CPI COVID-19 SENADO FEDERAL, 2021).

Fica implícito que todo o período de não aquisição da vacina foi devido ao descaso do Ministério da Saúde em relação ao comportamento com as farmacêuticas. Segundo o relatório, as negociações não aconteceram sem uma resposta concreta, objetiva e corroborada de qualquer autoridade, nem do Estado nem do Presidente da República (CPI COVID-19 SENADO FEDERAL, 2021).

Entretanto, o Estado do Rio de Janeiro avançou rapidamente no cenário nacional comparando com medidas tomadas pela união. A resposta Estadual começou em meados de março de 2021 com o Decreto nº 46.966, que estabeleceu isolamento, quarentena e outras medidas destinadas a frear a contaminação e disseminação da COVID, além de possibilitar o tratamento da doença. Além do Decreto nº 46.969, o qual instituiu o Gabinete de Crise, composto por representantes da Secretaria de Estado, da Auditoria Geral do Estado, da Secretaria de Segurança das Instituições Governamentais e da Procuradoria Geral do Estado, com o objetivo de mobilizar e medidas de coordenação das instituições públicas do Estado.

"O Rio de Janeiro nunca teve controle completo da transmissão do vírus. O Estado foi flexibilizando as medidas de isolamento social quando os casos ainda estavam em alta. As pessoas voltaram a se reunir, fazer encontros, os bares voltaram a ficar lotados e houve muitos eventos com aglomeração" (CHEBABO, 2020, pg 2)

Segundo Medida Provisória (MP) 926/2020, os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) garantiram aos governos estaduais, distritais e municipais que os mesmos, no exercício de suas atribuições, em seus territórios, têm o poder de adotar ou manter medidas restritivas, distanciamento social, suspensão das atividades de ensino, restrições referentes a comércios, atividades culturais, circulação de pessoas, independentemente de ações da União.

Os ministros afirmaram que a gravidade da emergência causada pela pandemia do novo coronavírus exigia que as autoridades governamentais brasileiras em todos os níveis federativos protejam efetivamente a saúde pública, tomando todas as medidas possíveis e tecnicamente sustentáveis para apoiar e sustentar as atividades dos governos nacionais e a manutenção do SUS. Segundo eles, nestes tempos de crise, fortalecer as alianças e ampliar a cooperação entre os três poderes em todos os entes federativos são ferramentas importantes e imprescindíveis que os líderes utilizam para defender o interesse da população

O conhecimento científico insuficiente sobre o novo coronavírus e sua rápida disseminação resultou em uma capacidade significativa de matar populações vulneráveis rapidamente, logo houve incertezas sobre a seleção das melhores estratégias para responder à pandemia em diferentes partes do mundo. Os desafios são ainda maiores no Brasil, pois as características da disseminação da Covid-19 são pouco compreendidas em um contexto de altas desigualdades sociais e demográficas, onde as pessoas vivem em condições precárias de habitação e saneamento e sem acesso sustentável à água em ambientes lotados e de alta incidência de doenças crônicas típicas.

CAPITULO III - ASPECTOS METODOLÓGICOS – A MATRIZ INSUMO-PRODUTO E SUA APLICAÇÃO

O método da matriz insumo-produto (MIP) foi originalmente desenvolvido para analisar e avaliar a relação entre os diversos setores de produção e consumo da economia nacional. No entanto, pode ser aplicado ao estudo de sistemas econômicos menores, como Estados, cidades ou grupos de cidades (LEONTIEF, 1988).

A matriz insumo-produto também tem sido útil para análises envolvendo efeitos multiplicadores de renda e emprego, bem como para o estudo da economia regional e urbana. Haddad (1976) avalia os pontos fortes e as limitações de estudos temáticos sobre o tema, evidenciando casos concretos de vários projetos de pesquisa nos últimos anos.

Na situação atual de grandes mudanças no processo de produção e participação governamental, tendo como pesquisas sobre capacidade produtiva frequentes e necessárias, para aumentar a produtividade, deve-se ter como prioridade a manutenção da qualidade de vida dos indivíduos. Nesse sentido, a estimação do sistema inter-regional pode realizar múltiplos estudos para analisar variáveis como produção, emprego e renda. Portanto, os indicadores econômicos derivados desta matriz podem ser decompostos em impactos locais e inter-regionais. Dessa forma, é possível estimar o impacto do estímulo de políticas públicas a setores específicos, até para medir os resultados de novas empresas na área de estudo, e identificar setores-chave do desenvolvimento econômico e social (BRENNE, 2013).

Conforme apresentado por Leontief, a MIP mostra o fluxo de bens e serviços entre diversos setores da economia de um país ou região em um determinado período de tempo em termos monetários, além de evidenciar todas as inter-relações entre compras e vendas da economia estudada. A matriz também fornece uma série de indicadores econômicos que podem ser desdobrados em impactos locais e inter-regionais, para que se avalie o impacto das políticas públicas de estímulo à produção, ao emprego e à renda. A maneira mais simples de descrever a MIP de um país é dizer que ele mostra o fluxo de bens e serviços entre vários setores da economia de um país.

De acordo com Leontief (1976), “o método de insumo-produto é uma adaptação da teoria geral neoclássica das inter-relações atividades econômicas. Para o estudo empírico da interdependência quantitativa entre as atividades econômicas inter-relacionadas”. Embora as

matrizes de insumo-produto tenham muitas vantagens para a análise da estrutura econômica, elas também apresentam algumas limitações devido à consistência de suas informações. Primeiramente, o modelo assume que o retorno de escala é constante, ou seja, para qualquer quantidade de produção, será utilizada a mesma combinação relativa de fatores de produção (CARVALHEIRO, 1998).

Em segundo lugar, assume-se que o coeficiente técnico não se altera com o tempo, o que significa que o impacto das variações de preços ou do progresso tecnológico não é considerado. Terceiro, é suposto que a oferta de recursos de produção seja ilimitada e totalmente elástica e que esses recursos sejam usados de forma mais eficiente. Finalmente, há uma ampla gama de restrições na preparação da matriz de insumo-produto, desde a simplificação de suposições sobre a natureza dos produtos e insumos usados no processo de produção até a defasagem entre a coleta e a disseminação ordenada de dados. (CARVALHEIRO, 1998)

3.1 Referencial teórico Matriz Insumo Produto

Dentre todos os 26 Estados, incluindo o Distrito Federal, o Rio de Janeiro foi o terceiro colocado em números e beneficiários do programa do auxílio emergencial (925.925 indivíduos) e em valores de transferência (R\$24.970.986.697) do auxílio, ficando atrás, respectivamente, de São Paulo, com 64.315 indivíduos e um total de R\$ 55.267.800.705 transferidos, e Minas Gerais, com 35.644 e R\$27.001.173.748 transferidos. Tendo em vista que a densidade populacional do Estado do Rio de Janeiro (365.23 Hab./km) é maior, comparado com São Paulo (166.23 Hab./km) e com Minas Gerais (33.41 Hab./km), tomou-se o Estado do Rio de Janeiro como caso particular desta investigação, por possuir elevadas taxas de densidade populacional e extremas disparidades sociais.

O Brasil apresenta um dos níveis mais elevados de concentração de renda, se comparado com o resto do mundo. A desigualdade de renda se apresenta de forma interna e, entre os Estados da federação, o Rio de Janeiro se destaca em determinados aspectos. Adotando-se como medida de desigualdade a razão entre a renda média dos 10% mais ricos em relação a dos 40% mais pobres, onde: o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos, segundo a renda domiciliar per capita, comparando a renda média dos indivíduos pertencentes ao décimo mais rico da distribuição com a renda média dos indivíduos

pertencentes aos quatro décimos mais pobres da mesma distribuição (PNAD/IBGE). Os dados indicam que entre os anos de 2009 e 2014 houve uma leve redução desta proporção no âmbito da população do Estado. (SZWARCWALD, 1999)

No entanto, segundo dados do IPEA, embora tenha apresentado queda, o Rio mostra uma razão (14.66) superior aos resultados do Brasil para o ano de 2014 (14.37), mesmo que a razão seja menor que a média nacional nos anos anteriores até 2009. Dentre os 26 Estados da federação, a proporção do Rio de Janeiro é a sexta, ficando atrás apenas de Distrito Federal (20.85), Acre (16.47), Maranhão (15.36), Amazonas (15.22) e Bahia (15.00).

Os resultados referentes ao coeficiente de Gini¹, que mede o grau de desigualdade na distribuição da renda domiciliar per capita entre os indivíduos, extraídos da PNAD/IBGE, revelam que, entre o período 2009-2014, a disparidade de rendimentos entre a população do Rio seguiu a trajetória do Brasil. Entretanto, ao se analisar comparativamente com outros Estados do Sudeste em conjunto, os valores referentes ao Estado são piores, tendo no ano de 2009 até 2014 índices maiores do que no resto da região, onde o ano de 2011 apresentou a maior diferença com índice de 0.501 na região sudeste e de 0.533 no Estado.

De modo sequencial, foram utilizados os indicadores relacionados à incidência de pobreza, os quais medem o número de pessoas em domicílios com renda domiciliar per capita inferior à linha de extrema pobreza (ou indigência ou miséria). A linha considerada neste estudo é uma estimativa do valor de uma cesta de alimentos com o mínimo de calorias necessárias para suprir adequadamente uma pessoa, com base em recomendações da OMS (PNAD/IBGE). Assim, a análise revela que entre os anos 2009 e 2014 ocorreu queda absoluta na proporção de indivíduos pobres e extremamente pobres, com leve ascensão relativa de ambas as medidas no ano de 2012 e 2013. Todavia, apesar das transformações positivas ocorridas ao longo do período, o Rio de Janeiro permaneceu entre os 10 Estados Brasileiros com maior proporção de população pobre e extremamente pobre nos anos analisados, junto com outros Estados do Sudeste como Minas Gerais e São Paulo.

¹ O valor do Gini pode variar desde 0, quando não há desigualdade, e as rendas de todos os indivíduos têm o mesmo valor, até 1, quando a desigualdade é máxima e apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula.

Visto que a matriz está desagregada para três regiões fluminenses mais o restante do Brasil, além dos impactos no Estado do Rio de Janeiro, será possível ainda mensurar a importância das transferências realizadas no Estado para o restante do Brasil. A pesquisa utiliza ainda micro dados da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) para a implementação do modelo de Leontief (1941).

3.2 Descrição dos dados

A Matriz Inter-Regional de Insumo-Produto para o Arranjo Populacional de Rio de Janeiro disponibilizada por Haddad, foi a metodologia de insumo-produto escolhida neste trabalho. A matriz é referente ao ano de 2015, na estrutura setor x setor, contendo 22 setores produtivos e dividida em 4 regiões, sendo R1, R2 e R3 referentes ao Rio de Janeiro e R4 ao restante do Brasil.

Este trabalho aborda uma análise no que diz respeito ao Estado do Rio de Janeiro, abarcado pelas regiões R1, R2 e R3, respectivamente, pelo município do Rio de Janeiro (R1), restante do Arranjo Populacional do Rio de Janeiro (R2) e restante do Estado de Rio de Janeiro (R3), onde o Resto do Brasil é R4.

Inicialmente, buscou-se construir o vetor renda, variável exógena que iria impactar o consumo das famílias. O desafio era saber em qual dos 22 setores da matriz os recursos do auxílio emergencial iriam ser alocados para consumo. Utilizando os dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) de 2017-2018, realizada pelo IBGE, por meio de um processo de amostragem em que são pesquisados domicílios particulares permanentes e representados pela unidade de federação, foi possível estimar o consumo das famílias por faixa de renda e setor. É importante destacar que os dados da POF são coletados tanto em áreas urbanas quanto áreas rurais em todo o país (RESENDE, 2008).

O conceito de unidade de consumo, segundo a POF, inclui um único habitante ou um grupo de habitantes que compartilham a mesma fonte de alimentação ou compartilham o custo da moradia. Para a divulgação dos resultados, utilizou-se o termo “família” para representar o conceito de “unidade de consumo”. Desse modo, primeiramente foi realizada uma compatibilização dos produtos presentes na Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017-2018, atribuindo nome e código da POF nos 46 setores dos produtos do sistema de contas nacionais (SCN), cuja sequência foi compatibilizada aos 22 setores presentes da matriz

insumo-produto para o arranjo populacional do Estado do Rio de Janeiro para o ano de 2015, agregada para 4 regiões disponibilizada por Haddad.

Para o processo de compatibilização, foi criado um arquivo apresentando uma coluna com os códigos dos produtos POF e outra com os códigos dos setores da matriz insumo- produto ao qual eles se referiam. A seguir, utilizou-se o pacote Data Zoom para a leitura dos micros dados da POF. Utilizando o arquivo de Domicílios da POF, foram criadas faixas de renda dos produtos da POF para os setores da matriz de insumo produto. Neste caso, optou-se pelo uso por faixas de renda, ao invés de fazer por decis de renda, devido a própria característica do Auxílio Emergencial que especifica o limite de 3 salários mínimos (faixas 1e 2 da POF) para habilitar ao recebimento do recurso, como mostrado a seguir na Tabela 1.

Tabela 1 Classes de rendimento total e variação patrimonial mensal familiar

Faixas	Reais mensais (R\$)	Salários mínimos
1	Até 1908*	Até 2*
2	Mais de 1908 a 2862	Mais de 2 a 3
3	Mais de 2862 a 5724	Mais de 3 a 6
4	Mais de 5724 a 9540	Mais de 6 a 10
5	Mais de 9540 a 14310	Mais de 10 a 15
6	Mais de 14310 a 23850	Mais de 15 a 25
7	Mais de 23850	Mais de 25

Fonte: Pesquisa de Orçamento familiar (2018)

*Inclusive sem rendimentos

Foi preciso definir a cesta de bens e serviços do consumidor representativo², que neste caso são os que têm rendimentos mensais de até três salários mínimos (localizados nas faixas 1 e 2 da POF). Logo, foi definido quanto cada uma das 7 faixas de renda comprava de cada setor, o que variava significativamente de setor para setor e para os diferentes níveis de renda. Por exemplo, a 3ª faixa de renda consumia 30% de tudo que as famílias consumiam do setor de “agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura”, enquanto a faixa de renda 7 consumia apenas 9%. De posse destas informações, foi possível determinar quanto do

² Neste contexto seriam os bens e serviços adquiridos pelos fluminenses beneficiados pelo auxílio emergencial.

consumo das famílias era direcionado ao consumidor representativo e quanto ele gastaria do auxílio em cada um dos 22 setores, o que era importante no momento de realizar o choque sobre o modelo.

O modelo de insumo-produto é baseado no pressuposto de equilíbrio, em que a quantidade demandada e ofertada de bens e serviços entre os setores da matriz tendem ao equilíbrio. Como todo modelo, o de insumo-produto assume algumas premissas: coeficiente tecnológico constante; retornos constantes de escala; demanda final definida exogenamente e preços rígidos. Destas premissas, identificam-se as seguintes limitações: relação fixa entre a produção de cada setor e os insumos utilizados (coeficiente tecnológico constante), retornos constantes de escala, demanda final definida exogenamente e preços constantes (CABRAL; PEROBELLI, 2012).

Apesar da rigidez das premissas, elas não enfraquecem os resultados do estudo na medida em que a maior parte delas não se alteram no curto prazo. O modelo de insumo-produto pode ser usado para representar o fluxo intersetorial de bens e serviços em uma economia com N setores, além da análise multirregional que permite identificar o comportamento dos fluxos produtivos entre duas ou mais regiões (LEONTIEF, 1941).

“The basic Leontief input–output model is generally constructed from observed economic data for a specific geographic region (nation, state, county, etc.). One is concerned with the activity of a group of industries that both produce goods (outputs) and consume goods from other industries (inputs) inter process is producing each industry’s own output.” (MILLER e BLAIR, 2009, p. 46)

A solução do modelo de insumo-produto proposto por Leontief pode ser especificada pela equação 4:

$$(I - A)X = Y \quad (1)$$

$$X = \frac{Y}{(I-A)} \quad (2)$$

$$X = (I - A)^{-1} = Y \quad (3)$$

$$X = BY \quad (4)$$

Em que X é o vetor que indica o valor bruto da produção, B é a Matriz Inversa de Leontief $(I - A)^{-1}$ e Y é o vetor de demanda final. O produto da demanda final pela inversa de Leontief resulta na demanda total, resultado dos requerimentos diretos e indiretos, como exemplificado pela equação 3.

A matriz A dos coeficientes técnicos da matriz insumo-produto é definida com:

$$[a_{1x1} \cdots a_{1x22} \vdots \vdots a_{22x1} \cdots a_{22x22}]$$

Este modelo insumo-produto representa a relação entre setores produtivos em duas ou mais regiões, podendo representar fluxos intersetoriais e inter-regionais, podendo ser representados, para os setores i e j das regiões A e B, da seguinte forma: a_{ijAA} o fluxo de insumos do setor i para o setor j, dentro da região A, Z_{ijAB} o fluxo de insumos do setor i da região A para o setor j da região B, ou melhor, fluxo de insumos vendidos do setor i da região A ao setor j da região B (SILVA, 2021).

$$Z = [Z_{AA} \cdots Z_{AB} \vdots \vdots Z_{BA} \cdots Z_{BB}] \quad (5)$$

Sendo, Z_{AA} e Z_{BB} são matrizes de fluxos monetários intrarregionais, e Z_{AB} matrizes de fluxos monetários inter-regionais (SILVA, 2021).

Conforme Miller e Blair (2009), um dos principais usos das informações obtidas no modelo de insumo-produto é avaliar o impacto econômico das mudanças nos fatores exógenos por meio da obtenção de multiplicadores: que podem estar relacionados a renda, em que um choque exógeno sobre a demanda final pode impactar a renda e consumo das famílias. Assim, a injeção de recurso na economia fluminense pelo auxílio emergencial irá impactar a demanda final. As operações na matriz inter-regional de insumo-produto seguem o mesmo processo do modelo básico, sendo o sistema completo retratado da seguinte forma:

$$X = (I - A)^{-1} * \Delta Y \quad (6)$$

$$\{(1001) - [A_{AA} \ A_{AB} \ A_{BA} \ A_{BB}]\} \begin{bmatrix} X^A \\ X^B \end{bmatrix} = \begin{bmatrix} Y^A \\ Y^B \end{bmatrix} \quad (7)$$

Identificando a relação direta entre os setores das matriz inter-regional, sendo I matriz identidade; A matriz de coeficientes técnicos ou diretos; X vetor do valor bruto da produção e Y vetor da demanda final (SILVA, 2021).

Onde ΔY é a variação da demanda final, resultado do impacto direto do auxílio emergencial sobre o consumo e X consequência dos efeitos diretos e indiretos, captado pelo produto da variação da demanda com a inversa de Leontief, do auxílio emergencial sobre a demanda total da economia do Estado do Rio de Janeiro.

A equação-chave da metodologia de insumo-produto é resultado da manipulação do sistema retratado anteriormente, sendo necessário o cálculo da matriz inversa de Leontief para identificar os efeitos diretos e indiretos, ou seja, $B = (I - A)^{-1}$

Modelos inter-regionais de insumo-produto também permitem identificar *spillover* ou efeito transbordamento com as variações do valor bruto da produção de um ou mais setores da cadeia produtiva. Esse efeito mostra o impacto que o comportamento econômico pode ter em atividades que não necessariamente estão relacionadas a ele, ou seja, neste estudo, mostra como o aumento da produção em um determinado setor em uma região reflete o setor produtivo em outra região. A abordagem insumo-produto inter-regional possibilita essa realização porque mostra que as relações inter-regionais entre os setores, ou seja, os fluxos inter-regionais, são responsáveis por esse efeito de transbordamento (SILVA, 2021).

CAPITULO IV- RESULTADOS E DISCUSSÕES

Dentre todas as medidas tomadas no que diz respeito à transferência de renda no período de 2020 e a de possíveis futuros projetos de extensão de programas assistencialistas preexistentes, serão mostrados a seguir, dados sobre o impacto dos mesmos tanto a nível estadual (Rio de Janeiro) quanto a nível nacional (Brasil) no consumo das famílias por ambos os projetos.

No que diz respeito à análise desses dados, a cesta de bens e serviços do consumidor representativo foi utilizada em todas as análises a seguir. A partir do processo de compatibilização, para o qual foi criado um arquivo com os códigos dos produtos da POF e outra coluna com os códigos dos setores da matriz insumo-produto, ao qual eles se referiam, foi obtido porcentagens da participação do consumo em cada faixa de renda disponibilizada

Permitindo a análise de cada setor e a sua participação proporcional relativas às faixas de renda, onde 10% de toda a renda que foi consumida no setor de agricultura foi gasta pela faixa de renda 1, assim como 9% gasto pela faixa 2. Sendo este um setor com grande participação das primeiras faixas de renda, assim como o setor de alojamento e alimentação, a qual concentra entre as primeiras 2 faixas de renda 15% de gasto das famílias como na tabela 2 a seguir.

Tabela 2: Consumo das famílias por faixa de renda e por setor

Setores	Faixas de renda							Total
	1	2	3	4	5	6	7	
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	10%	9%	30%	17%	16%	11%	9%	100%
Indústrias extrativas	5%	9%	19%	17%	14%	15%	22%	100%
Produtos alimentares	1%	3%	9%	12%	12%	24%	41%	100%
Máquinas e equipamentos	7%	8%	24%	16%	20%	13%	12%	100%
Outras indústrias de manufatura	1%	1%	6%	8%	36%	8%	40%	100%
Eletricidade e gás	7%	9%	21%	11%	8%	11%	32%	100%
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	1%	11%	12%	12%	22%	11%	31%	100%
Construção	5%	7%	17%	16%	14%	18%	23%	100%

Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	3%	6%	20%	18%	15%	21%	18%	100%
Transporte, armazenagem e correio	4%	6%	17%	17%	19%	22%	16%	100%
Alojamento e alimentação	6%	9%	27%	21%	16%	13%	8%	100%
Informação e comunicação	2%	1%	8%	10%	61%	9%	9%	100%
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	1%	10%	15%	25%	25%	18%	7%	100%
Atividades imobiliárias	6%	9%	25%	18%	15%	14%	13%	100%
Atividades científicas, profissionais e técnicas	12%	14%	27%	17%	14%	9%	7%	100%
Atividades administrativas e serviços complementares	7%	10%	24%	15%	15%	15%	15%	100%
Administração pública, defesa e seguridade social	0%	0%	1%	50%	0%	40%	9%	100%
Educação	8%	9%	24%	16%	15%	12%	16%	100%
Saúde humana e serviços sociais	1%	10%	5%	21%	23%	19%	21%	100%
Artes, cultura, esporte e recreação	2%	10%	5%	59%	10%	9%	5%	100%
Outras atividades de serviços	8%	15%	28%	11%	17%	7%	14%	100%
Serviços domésticos	3%	7%	21%	20%	18%	16%	14%	100%

Fonte: Pesquisa de Orçamento familiar (2018) – Elaboração própria

Da mesma maneira que os anteriores, os setores de “Atividades imobiliárias” (15%), “Atividades administrativas” (17%), e “Educação” (18%) têm maior participação nas primeiras faixas de renda. Dentre todos os setores, destacam-se “Atividades científicas” com cerca de 27% de participação, assim como “Outras atividades e serviços” com 23%.

Relacionando a participação das 3 faixas de renda mais altas (5, 6, 7), o setor que apresentou maior participação foi o “Outras indústrias de manufatura” com cerca de 84%. Tendo destaque para a última faixa de renda detentora de 40% do consumo, em contrapartida, no mesmo setor as primeiras faixas de renda somadas apresentam pouco mais de 8%, e na terceira faixa concentra-se 6% de consumo sobre este setor.

Além desse setor, o de “Água, Esgoto”, possui 64% nas últimas 3 faixas de renda, indicando um maior gasto com consumo e tratamento de água, o que não ocorre de forma proporcional nas primeiras faixas. A faixa 1, por exemplo, apresenta apenas 1% de consumo, o que comprova o baixo acesso a saneamento básico da população que possui menor renda.

Outros setores apresentam porcentagens bem maiores nas últimas faixas como “Informação e comunicação” (79%), “Saúde humana” (63%) e “Produtos alimentares” (76%).

No que diz respeito à saúde humana, os dados são disponibilizados pelo Mapa Assistencial da Saúde Suplementar sobre planos de saúde e saúde pública, com base nas informações de produção do serviço enviadas pelas próprias operadoras de planos de saúde. A nova pesquisa reflete um 2020 inusitado com uma queda histórica de consultas, exames, tratamentos e cirurgias em decorrência de medidas para conter a propagação do vírus, como distanciamento social e suspensão de cirurgias e cirurgias eletivas.

Isso gerou lucros recordes para o setor, com maiores receitas, mais beneficiários e uma queda acentuada nos custos com saúde. Em relação a 2019, houve mudanças negativas em 2020 para todos os grupos de procedimentos realizados por meio de programas de saúde responsáveis por atender 25% da população Brasileira ou 48 milhões de pessoas. As consultas médicas caíram 25,1%, enquanto as internações caíram 14,7%. Houve redução de 25% e 16% nas visitas ao SUS e nas internações, respectivamente.

Os números gerais do pelo Mapa Assistencial da Saúde Suplementar mostram reduções semelhantes nas internações pelo SUS (-16%) e Saúde Suplementar (-14,7%). Especialistas atribuem o declínio geral nas internações a dois fatores: restrições de acesso durante a pandemia (interrupções de serviço ou redução de atendimentos eletivos para doenças não-COVID-19) e atrasos em cirurgias eletivas. As internações cirúrgicas caíram 21,5%, enquanto as clínicas tiveram um declínio menor de 6,7%, o que faz sentido, considerando que as internações por COVID-19 são frequentemente consideradas clínicas. Em relação ao regime de internação, enquanto o número de internações diárias tipicamente associadas a cirurgias simples caiu 27,1%, o número de internações domiciliares aumentou 9,8%, provavelmente substituindo as internações para proteger os pacientes da exposição ao vírus.

4.1 Impacto do Auxílio Emergencial no Rio de Janeiro

A pandemia da Covid-19 que tem atingido o mundo e o Brasil, contribuiu para acentuar ainda mais o baixo desempenho apresentado pela economia do Rio de Janeiro ao longo dos últimos anos. Desde a década de 1960, a economia fluminense enfrenta uma crise estrutural que tem levado ao esvaziamento produtivo do Estado e a consequente desarticulação da cadeia produtiva (SILVA, 2016; OLIVEIRA, 2020).

Porém, de 2018 para 2019, a economia do Estado vem mostrando sinais de recuperação, com índices de crescimento econômico de 1,2% e 1,5%, respectivamente, o que foi interrompido em 2020 quando a economia sofreu uma contração de 5,22%.

Do total de 25.9 bilhões distribuídos como Auxílio emergencial aos fluminenses, apenas 12 bilhões de reais (47%) foram injetados na economia do Estado, enquanto o restante, 22.9 bilhões de reais (52,3%), foi encaminhado para outras unidades da federação através de vazamento, como mostra a Tabela 4. Uma vez conhecido o montante de recursos gastos no Estado, foi preciso distribuir este valor com base na Tabela 2 na mesma proporção que a participação dos gastos que foram realizados pelo consumidor representativo. O resultado pode ser observado na Tabela 3 a seguir.

Tabela 3: Cesta de consumo do consumidor representativo

Setores	Gasto do consumidor representativo por setor (milhões de reais)	Gasto do consumidor representativo por setor (%)	Total do auxílio emergencial que fica no Estado por setor (milhões de reais)
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	207.96	1,0%	122.1
Indústrias extrativas	3.71	0,02%	2.2
Produtos alimentares	119.95	0,6%	70.4
Máquinas e equipamentos	130.06	0,6%	76.4
Outras indústrias de manufatura	240.19	1,2%	141.0
Eletricidade e gás	780.75	3,8%	458.5
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	214.92	1,1%	126.2
Construção	6.12	0,03%	3.6

Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	3.938.84	19,4%	2.313.0
Transporte, armazenagem e correio	873.05	4,3%	512.7
Alojamento e alimentação	2.202.67	10,8%	1.293.5
Informação e comunicação	175.64	0,9%	103.1
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	1.523.53	7,5%	894.6
Atividades imobiliárias	4.658.96	22,9%	2.735.8
Atividades científicas, profissionais e técnicas	353.03	1,7%	207.3
Atividades administrativas e serviços complementares	150.18	0,7%	88.2
Administração pública, defesa e seguridade social	3.81	0,02%	2.2
Educação	1.389.61	6,8%	816.0
Saúde humana e serviços sociais	1.256.38	6,2%	737.8
Artes, cultura, esporte e recreação	203.69	1,0%	119.6
Outras atividades de serviços	1.386.48	6,8%	814.2
Serviços domésticos	487,50	2,40%	286,3

Fonte: Pesquisa de Orçamento familiar (2018) – Elaboração própria.

Na Tabela 3, a cesta representativa de consumo, do consumidor elegível a receber o auxílio emergencial, apresenta as porcentagens das parcelas de cada setor pelo total do consumo das famílias para faixa de renda de 1 a 2. Dentre todos os setores apresentados, o de “Atividade Imobiliárias” apresenta cerca de 23% do total, ou seja, do gasto total do consumidor representativo, 22,9% foi consumido por este setor específico. Outros setores chamam atenção neste caso, como, “Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas” com 19,4% e “Alojamento e Alimentação” e 10,8%.

De acordo com a Tabela 3, o total do auxílio emergencial que fica no Estado por setor (milhões de reais), indica por setor o quanto dos valores transferidos foram gastos (consumidos) em produtos e serviços que não escoaram para fora do Estado. A tabela abaixo indica as transferências do programa auxílio emergencial para o Estado do Rio de Janeiro.

Tabela 4: Transferências que ficaram e saíram do Estado do Rio de Janeiro

Total do auxílio que sai no Estado (%)	Total do auxílio que fica no Estado (%)	Valor total transferido do programa no Estado. (Milhões de reais)	Valor do auxílio que fica no Estado (milhões de reais)	Valor do auxílio que sai do Estado (milhões de reais)
0,522	0,478	24.970,987	11.924,736	13.046,251

Fonte: Elaboração Própria

O setor mais afetado foi o de “Atividades imobiliárias” (14), com um crescimento de 5,01%, a ponto que o setor que menos se beneficiou foi o de “Administração pública” (17), com um crescimento de apenas 0,4%. A questão imobiliária é um tema preocupante para o fluminense, principalmente para os que vivem na capital. A cidade do Rio de Janeiro ainda possui o metro quadrado mais caro entre 10 cidades que foram monitoradas pelo levantamento realizado pela Fundação Instituto De Pesquisas Econômicas (FIPE), que considera os preços de anúncios *online* de venda e locação de empreendimentos. Indicando, assim, que boa parte dos gastos das famílias com o auxílio emergencial foi direcionado a gastos com aluguéis, imóveis e condomínios.

Os valores relacionados a atividades imobiliárias, setor que abrange aluguéis, vendas e encargos oriundos de negociações envolvendo imóveis. O principal índice utilizado para reajustar os aluguéis é o IGP-M, calculado e divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Pesquisas Econômicas Fundação Getúlio Vargas (FGV IBRE). O IGP-M é um dos indicadores utilizados para monitorar a inflação no país. A partir disso, é possível prever aumentos de aluguel no mercado imobiliário. No mercado financeiro, esse índice é considerado como uma "inflação real" porque reflete as mudanças nos preços no dia a dia. A alta acumulada do IGP-M em setembro de 2020 foi de 17,94%. Em setembro de 2021, o índice acumulado nos últimos 12 meses foi de 24,86%. O índice bateu recorde em maio deste ano, com ganho acumulado de 35,75%.

O setor “Outras atividades de serviços” (21) apresentaram grande demanda pelos beneficiários do auxílio, muito em decorrência da própria característica dos itens da POF

(Pesquisa de Orçamento Familiar) utilizados na compatibilização com os setores da MIP. Estes setores englobam diversas formas diferentes de serviços disponíveis, ou seja, a população gastou com serviços diversos, como: serviços administrativos, serviços pessoais, entre outros. Outros setores que foram impactados pelo auxílio emergencial no Brasil foram os de Alojamento e alimentação (11) e Eletricidade e Gás (11).

No que diz respeito a Eletricidade e Gás (11), a própria característica de isolamento social imposta à população, aumentou os gastos neste item, inclusive em função das aulas e trabalhos remotos. O gás de cozinha, chegou a ultrapassar os R\$100 reais o botijão. Isso demonstrou como o aumento de preços corrói os orçamentos das famílias mais pobres. A lenha e o álcool ganharam espaço nos lares Brasileiros durante a pandemia. Em 2020, segundo a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o GLP disparou no Brasil devido à forte valorização da *commodity* no ano passado e à valorização do dólar em relação ao real.

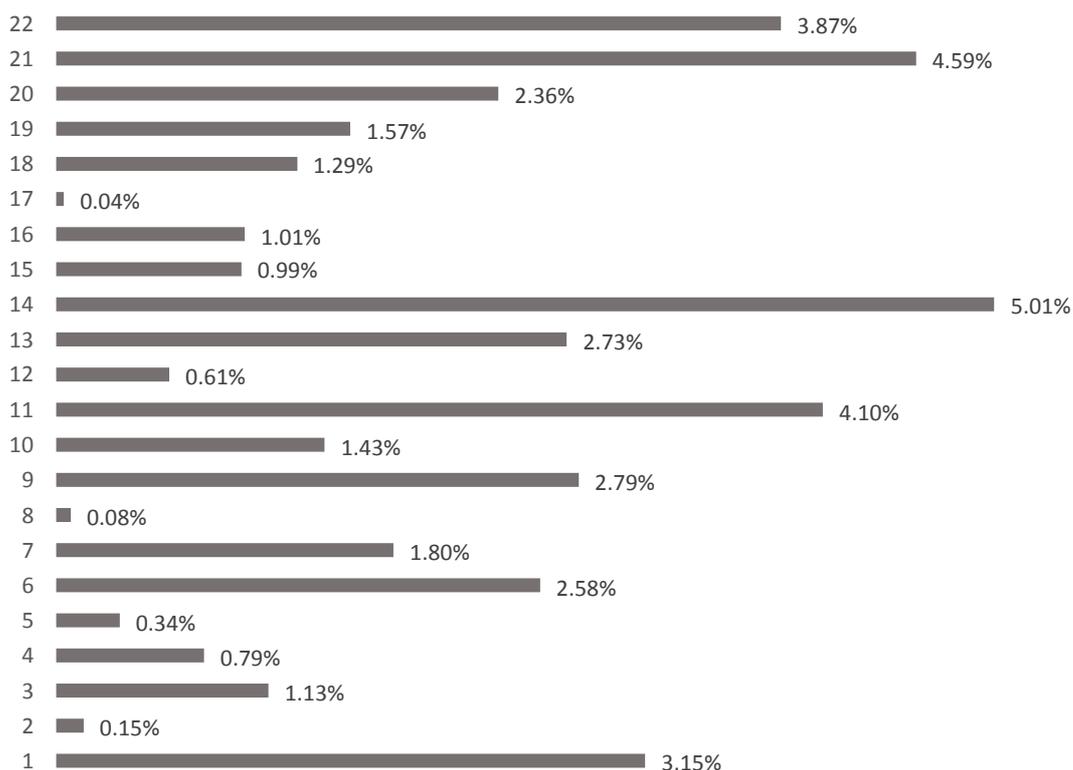
Além dos setores citados anteriormente, o impacto no consumo de produtos do setor de “Arte, cultura e recreação” foi expressivo, alcançando um efeito positivo de 3,52%. Esses setores cresceram com o início da pandemia. O distanciamento social tornou as plataformas de *streaming* uma das principais formas de entretenimento para pessoas que estão isoladas em suas casas e passam mais tempo em frente à televisão. Segundo pesquisa recente da Conviva, empresa focada em integrar inteligência de dados, os serviços globais de streaming cresceram 20% em março em relação às duas semanas anteriores (CONVIVA, 2020).

Relacionado ao aumento de consumo de água, de acordo com a CNN Brasil, uma pesquisa realizada por um administrador de apartamentos residenciais observou um aumento de 10% no uso de água em apartamentos no primeiro semestre de 2021. Nos primeiros seis meses de 2020, o consumo médio de água foi de 721 metros cúbicos, subindo para 795 metros cúbicos no mesmo período de 2021, mostrou o estudo. Cada metro cúbico (m³) equivale a mil litros de água. Em termos de despesas pessoais por apartamento, o consumo foi de 14 metros cúbicos no ano de 2020 e este ano aumentou para 16 metros cúbicos. Logo, os custos com o consumo da água pesaram no orçamento das famílias, principalmente entre as famílias de baixa renda

Os administradores dizem que esse maior consumo é resultado da pandemia, já que a maioria dos proprietários de apartamentos está passando mais tempo dentro de casa. No

estudo, os idealizadores sugeriram individualizar o custo de cada apartamento como forma mais equitativa de dividir o custo com o abastecimento de água.

Figura 1: Impactos diretos e indiretos do auxílio emergencial sobre os setores do Estado do Rio de Janeiro (%)



Fonte: Elaboração Própria

O setor “Outras atividades de serviços” (21), que registrou aumento de 4,59% no consumo das famílias, apresentou grande demanda pelos contemplados pelo auxílio, muito em decorrência da própria característica dos itens da POF (Pesquisa de Orçamento Familiar) utilizados na compatibilização com os setores da MIP, onde “Outras atividades de serviços” (21), englobam diversas formas diferentes de serviços disponíveis, ou seja, a população fluminense gastou com serviços diversos, como, serviços administrativos, serviços pessoais, entre outros.

Um resultado que também merece destaque refere-se ao setor de “Alojamento e alimentação” (11), que sofreu um impacto de 4,10%. O emprego no setor foi o mais afetado em função da crise causada pela pandemia da COVID-19. Comparando maio de 2019 com maio de 2020, observou-se uma redução de 8,39% do número total de trabalhadores no setor de alimentação e alojamento (CORSEUIL, 2020).

A indústria alimentícia, por outro lado, conseguiu retornar em junho ao nível pré-pandemia, verificado em fevereiro. O relaxamento das medidas de isolamento, o retorno das atividades industriais e comerciais, e os atendimentos emergenciais (com recuperação do consumo) explicam essa melhora no desempenho nos dois meses após o ápice da pandemia em abril de 2020 (CABRAL, 2020).

Além dos setores citados anteriormente, o impacto no consumo de produtos do setor de “agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura” (1) foi expressivo, alcançando um efeito positivo de 3,15%. Este crescimento apresenta relações com consumo de commodities pela população, mas também segue a expansão nacional do setor de Agricultura e Pecuária relativo ao ano de 2020.

Os setores “Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas” (9) e “Serviços domésticos” (22), obtiveram resultados expressivos com 2,79% e 3,87% respectivamente. No que diz respeito ao setor 9, seu aumento advém do uso comum durante a pandemia de serviços de *delivery*, utilizando meios de transporte como motocicletas e carros, pelos comércios para que o mesmo se mantivesse aberto em períodos de *lockdown*.

Os gastos com compras online cresceram 187% desde março de 2020, de acordo com um estudo da empresa de controle financeiro Mobills. De todas essas transformações digitais, três chamam a atenção. De acordo com o Instituto Qualibest, com a disseminação da COVID-19, a demanda por entregas aumentou, tendo maior utilização em São Paulo e no Rio de Janeiro, chegando a outras capitais e seguindo para o interior. Além disso, seus clientes começaram a comprar pedidos em maiores quantidades, com mais frequência e em momentos diferentes do que quando havia um pico de gastos.

Em 2020, a atividade econômica do Rio de Janeiro caiu 3,8%, apresentando a segunda maior queda da série histórica, superada apenas em 2016 (-4,4%). A pandemia

COVID-19, que assolou o mundo desde o primeiro trimestre de 2020, afetou severamente este resultado. Mesmo com essa redução da atividade, é importante destacar que esse recuo não é tão forte quanto o recorde do PIB nacional (-4,1%) (CABRAL et al, 2020).

Salienta-se ainda que o impacto total no PIB fluminense caso o auxílio emergencial fosse retirado do consumo das famílias, seria de - 1,42%, indicando que a retração do PIB do Estado seria bem pior do que foi retratado, ou seja, uma queda de 5,22%, maior do que a última série de 2016. O resultado reflete as medidas restritivas tomadas em função da pandemia da COVID-19 e suas consequências para as atividades econômicas, como a interrupção de serviços, interrupção das atividades industriais, demissão de trabalhadores e redução do poder aquisitivo da população (CABRAL,2020).

5. CONCLUSÃO

Um novo coronavírus, descoberto na China no final de 2019, foi reconhecido como epidemia pela Organização Mundial da Saúde no início de 2020 e mudou a estrutura econômica, social e global de uma forma sem precedentes vista anteriormente pela humanidade. Vários países no mundo foram atingidos primeiro por causa das altas taxas de infecção e da falta de vacinas e tratamentos eficazes, o que levou a surtos rápidos, forçando o Brasil a tomar medidas de distanciamento social. Essas medidas têm resultados muito diferentes e amplitudes variáveis com consequências, abrindo, assim, um grande debate entre os possíveis aspectos do isolamento social. A experiência nos países mais afetados mostra que as medidas de isolamento são o meio mais eficaz de prevenir o colapso do sistema hospitalar, reduzindo assim a mortalidade em números absolutos. Embora as evidências atuais sugiram a eficácia do isolamento social, as tensões no setor econômico desafiam essa decisão com argumentos a favor de um futuro econômico surpreendente.

As conclusões deste trabalho referem-se à necessidade de contingenciar a pandemia da COVID-19, utilizando todas as medidas possíveis disponíveis. O governo, portanto, deve tomar providências em larga escala combinadas com programas de proteção social durante o período pré e pós-pandemia para minimizar os efeitos colaterais da mesma. Considerando o objetivo do trabalho em analisar o impacto setorial e no PIB do término do auxílio emergencial sobre a estrutura produtiva do Estado do Rio de Janeiro e a nível nacional, utilizando o método insumo-produto, o artigo apresentou sua contribuição na medida em que evidenciou a importância da implementação do auxílio emergencial no arrefecimento dos impactos econômicos da pandemia de COVID-19 no Brasil e no Estado.

Utilizando a metodologia proposta, foi possível analisar dados do novo Programa Bolsa Brasil, que visa substituir o atual Bolsa Família, podendo ampliar tanto o número de beneficiários quanto o de valores transferidos. Os resultados obtidos da MIP destacam os impactos a nível setorial e ressaltam a importância da medida para manutenção da renda, emprego e consumo da economia do país. O efeito multiplicador da injeção de recursos na economia revela a importância de estabelecer políticas de incentivos à produção regional e os efeitos deletérios do vazamento de renda para fora do Brasil por via de importações. Ainda assim, os resultados da política de transferência emergencial de renda às famílias afetadas mostraram-se eficiente em seus dois objetivos: manter a renda de pessoas afetadas pelo

distanciamento social imposto e evitar uma crise econômica ainda mais profunda no Estado do Rio de Janeiro.

É importante perceber que as ações tomadas por um governo em face de uma pandemia não são fáceis de prescrever, porque embora as medidas de supressão tenham sido bem-sucedidas em alguns lugares como China e Coreia do Sul, elas trarão enormes custos sociais, que podem ter um impacto significativo na economia a curto e longo prazo. A divergência de opinião da própria população em saúde e economia, fragiliza a luta do Brasil contra a pandemia, quando a divergência chega a âmbitos políticos, ou seja, o próprio debate econômico, a credibilidade de pesquisadores e profissionais são colocadas em dúvida, podendo levar a tomadas de decisão equivocadas. Esse debate se assemelha ao dilema de escolher intervenções baseadas em "estratégias de alto risco" ou "estratégias populacionais" (ROSE, 1992).

Todavia, os dados mostraram a importância do auxílio emergencial para a população do Brasil e especificadamente a do Rio de Janeiro. O auxílio promoveu renda para a população mais pobre afetada diretamente pela falta de empregos e de condições básicas de vida consequentes da pandemia. Além disso, também impediu o colapso da economia Brasileira, que puxada pelo consumo, não foi catastrófica em 2020 e apresentou melhoras significativas em 2021.

Por fim, vale esperar que as mortes por essa nova doença não sejam em vão, que os países consigam se reestruturar econômica e socialmente, e que essa experiência ajude a moldar um novo pensamento no campo da saúde, a fragilidade da economia e a apreciação da sociedade e da ciência.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACIKGOZ, Gunay a: The early impact of the Covid-19 pandemic on the global and Turkish economy. **Turk J Med Sci.** 2020; p.520–526, 2004.

AGUIAR, Plínio. "**Toda e qualquer vacina está descartada**", afirma Bolsonaro. R7 Planalto. 21 de out. de 2020. Disponível em: . Acesso em: 21 de jun. de 2020.

ARRAIS, T. A. et al. Pandemia covid-19: o caráter emergencial das transferências de renda direta e indireta para a população vulnerável do Estado de Goiás. Espaço e Economia. **Revista Brasileira de geografia econômica**, n. 18, 2020.

BRASIL. **Medida Provisória.** Brasília DF. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-926-de-20-de-marco-de-2020-249094248>. Acesso em: 21 de jan.2022

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Senado Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em: 17 de /07/2021

BRASIL. Senado (2020). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/lei-complementar-n-173-de-27-de-maio-de-2020-258915168>. Acesso em: 17 jul. 2021

CABRAL, J. A. Montibeler. Et al. **Impacto econômico da COVID-19 sobre a estrutura produtiva do Estado do Rio de Janeiro.** ECONÔMICA (NITERÓI), v. 22,

CABRAL, J. A. F. S. et al. Análise de decomposição estrutural para o setor de saúde Brasileiro - 2000-2005. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 42, p. 363-402, 2012.

CARDOSO, B. B. A. et al. Implementação do Auxílio Emergencial como medida excepcional de proteção social. **Rev. Adm. Pública [online]**. vol.54, p.1052-1063,2020

CARVALHO, A. C; CARVALHO, D. F. O princípio da demanda efetiva de Keynes como contra-ataque definitivo à Lei de Say dos economistas (neo) clássicos. **Economia Ensaios**, v. 32, p. 223-247, 2018.

CAVAGNOLI, K. C. et al. A pandemia de Covid-19 ea crise na saúde no Rio de Janeiro. **Revista Psicologia Política**, v. 21, n. 51, p. 449-462, 2021.

CHEBABO, A. **A situação preocupa muito e vai piorar': o alerta sobre avanço da covid-19 no Rio de Janeiro.** Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/Brasil-55268151>. Acesso em :10/01/2022

CODACE. **Comitê de Datação de Ciclos Econômicos.** Disponível em: https://portalibre.fgv.br/sites/default/files/2020-06/comunicado-do-comite-de-datacao-de-ciclos-economicos-29_06_2020-1.pdf. Acesso em: 02 fev. 2022

COIMBRA, R. S. et al. **Uma Análise dos Aspectos Macroeconômicos da Política de Transferência de Renda no Brasil no Período de 1995 a 2014: uma Interpretação Pós-keynesiana**

CONASS. **Conselho Nacional de Secretários de Saúde**. Disponível: <https://www.cnnbrasil.com.br/tudo-sobre/conselho-nacional-de-secretarios-de-saude-conass/>. Acesso: 10/02/2022.

CONJUR. **Constituição da República Federativa do Brasil. Rio de Janeiro, Ministros de Estado da justiça e saúde e segurança pública**. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/governo-edita-portaria-autorizando.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2022

CONTI, Thomas V. et al. **Crise Tripla da COVID-19: um olhar econômico sobre políticas públicas de combate à pandemia**. 2020.

CORSEUIL, C. H. L. et al. A evolução do emprego setorial em 2020: quão heterogêneo foi o tombo entre os setores? Mercado de Trabalho: Carta Conjunt. (**Inst. Pesqui. Econ. Apl.**), p. 1-16, 2020.

CPI COVID-19 SENADO FEDERAL. **CPI da Covid**: leia a íntegra do relatório final entregue ao Senado por Renan. Disponível em: 20/10/2021; Acesso: <https://www.viomundo.com.br/politica/cpi-da-covid-leia-a-integra-do-relatorio-final-entregue-ao-senado-por-renan-calheiros.html>

DE CARVALHO, Fernando JJ Cardim. **Equilíbrio fiscal e política econômica keynesiana**. Análise econômica, v. 26, n. 50, 2008.

FGV IBRE **Instituto Brasileiro de Pesquisas Econômicas Fundação Getúlio Vargas**. Disponível em: <https://portalibre.fgv.br/noticias/igp-10-sobe-179-em-janeiro>. Acesso em: 17 jan. 2022.

FGV. **Expectativas para a Economia em 2020 Pré e Pós Coronavírus e Perspectivas para 2021**. Disponível em: <https://portal.fgv.br/artigos/expectativas-economia-2020-pre-e-pos-coronavirus-e-perspectivas-2021>. Acesso em: 10 fev. 2022

FILHO, M. A. et al. Covid-19 e Corrupção: Políticas de controle em face às medidas emergenciais. **Revista Pensamento Jurídico**, São Paulo, v. 14, n. 2, 11 jul. 2020.

FIOCRUZ. Portal Fiocruz. Covid-19: **Fiocruz firmará acordo para produzir vacina da Universidade de Oxford**. <https://portal.fiocruz.br/noticia/covid-19-fiocruz-firmara-acordo-para-produzir-vacina-da-universidade-de-oxford>. Acesso em 03 dez. 2020.

FIPE, O índice FipeZa. Dez, 2020. Disponível em: <https://www.fipe.org.br/pt-br/indices/fipezap>. Acesso em :03 abr. 2021.

FRIEDMAN, M., 1971. **Um Quadro Teórico para a Política Monetária** [Occasional Paper no. 112]. *National Bureau of Economic Research* (NBER), Nova York [

[[Links](#)] Reimpresso em: Gordon, R. (ed.), 1974. *Milton Friedman's Monetary Framework*. Chicago: University of Chicago Press, pp. 1-62]

FROTA, M. M. R. et al. **Programas de Transferência de Renda no contexto de formação do WelfareState e emergência do neoliberalismo**. Anais do Seminário Nacional da Pós-Graduação em Ciências Sociais-UFES, (2011).

GADELHA, Sérgio Ricardo de Brito Política fiscal anticíclica. **Crise financeira internacional e crescimento econômico no Brasil**. BrazilianJournalofPoliticalEconomy. 2011, v. 31, n. 5, p. 794-812. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-31572011000500006>. Acesso em: 15 jan. 2022.

GUJARATI, Damodar N. et al. **Econometria básica**. Mc Graw Hill. <https://doi.org/10.1126/science>.

HADDAD, E., Perobelli. et al. **Input-Output Analysis of COVID-19: Methodology for Assessing the Impact of Lockdown Measures**. TD NEREUS 01-2020. São Paulo, 2020.

HADDAD, **Contabilidade Social e Economia Regional**. Análise de Insumo Produto. Rio de Janeiro: Zaha

HAUSMAN, Jerry A. et al. «**Specification tests in econometrics**». *Econometrica: Journal of the econometric society*, 1251–71.

HERMANN, Jennifer. et al. **Ascensão e queda da política fiscal: de Keynes ao “autismo fiscal”**. Encontro Nacional de Economia, 2006.

HOMERO, Valquíria. **Butantan entregará 46 milhões de doses da CoronaVac até abril, diz Pazuello**. Poder 360. 7 de jan. de 2021. Disponível em: . Acesso em: 21.06.202

IBGE – **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA** – Síntese de Indicadores. Disponível em: Acesso em: 15 de mar. 2021.

IBGE – **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA**. Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018 – Primeiros Resultados.

IBGE – **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA**. Sistema de Contas Nacionais Trimestrais. Séries históricas. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/conomicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?=&t=serieshistoricas&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=pib#evolucao-taxa. Acesso em: 31 jan.2022

ISTITUTO SUPERIORE DI SANITÀ. **Task force COVID-19 del Dipartimento Malattie Infettive e Servizio di Informatica, Istituto Superiore di Sanità**. Disponível em: https://www.epicentro.iss.it/coronavirus/bollettino/Bollettino-sorveglianza-integrata-COVID-19_16-aprile-2020.pdf Acesso em: 10/02/2022.

IPEA – **INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA**. Ipeadata [online]. 2017. Disponível em: acesso 14 de mar. 2021.

KEYNES, John M. A teoria geral do emprego, do juro e da moeda (Os economistas). **São Paulo: Nova Cultural**, 1988.

LEONTIEF, W. et al. “**The Structure of American Economy, 1919-1929**”. Harvard University Press, Cambridge, 1941.

LEONTIEF, W. et al. **A economia do insumo-produto**. Coleção os Economistas. Nova cultural: São Paulo, 1988.

MAPA..**Mapa Assistencial da Saúde Suplementar**. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2021/Oimpactodapandemianautiliza%C3%A7%C3%A3o-de-planos-de-sa%C3%BAde-em-2020>. Acesso em 25 jan.2022.

MARQUES, Rosa Maria et al. A importância do Bolsa Família nos municípios brasileiros. **Avaliação de Políticas e Programas do MDS–Resultados**, v. 2, 2004.

MENEZES-FILHO, Naercio; KOMATSU, Bruno K.; ROSA, João Pedro. **Reducing Poverty and Inequality during the Coronavirus Outbreak**. The Emergency Aid Transfers in Brazil. CENTRO, 2021.

MILLER, E. R. Blair, P. D. et al. **Input-Output Analysis: Foundations and Extensions**. Cambridge: Cambridge University Press, 2 eds., 2009.

MINISTÉRIO DA SAUDE. **Plano nacional de vacinação**. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/publicacoes-tecnicas/guias-e-planos/plano-nacional-de-vacinacao-covid-19>. Acesso em: 10 Out 2021.

MINISTÉRIO DA SAUDE, 2021. **Dados sobre Covid no Brasil**. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br>. Acesso em: 10 jul. 2021.

NERI, M. C., Vaz, F. M., & Souza, P. H. G. F. D. (2013). **Efeitos macroeconômicos do Programa Bolsa Família: uma análise comparativa das transferências sociais**. Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: Ipea, 1, 193-206.

OLIVEIRA M. **Ministério da Saúde se reúne com representantes de 5 vacinas contra covid**. UOLNotícias; Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimasoticias/redacao/2020/11/22/ministerio-da-saude-se-reune-com-representantes-de-5-vacinas-contracovid.htm> Acesso em 02/01/2022

OMS - Organização Mundial da Saúde. **WHO Director-General instatement on IHR Emergency Committee on novel coronavirus**. Published on January 30, 2020.

PESARAN, M Hashem. «**Testing weak cross-sectional dependence in large panels**». *Econometric Reviews* 34, p. 6-10.

RESENDE, A. C. et al. **Avaliando resultados de um programa de transferência de renda: o impacto do Bolsa-Escola sobre os gastos das famílias Brasileiras.** Estud. Econ. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010141612008000200002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 16 /04/2021

SANAR, 2020. **Linha do tempo do coronavírus.** Disponível em: <https://www.sanarmed.com/linha-do-tempo-do-coronavirus-no-Brasil> Acesso em: 02 fev 2022

SCHUCHMANN, A. Z. et al. **Isolamento social vertical X Isolamento social horizontal: os dilemas sanitários e sociais no enfrentamento da pandemia de COVID-19.** Brazilian Journal of Health Review, 3(2), 3556–3576. Disponível em: <https://doi.org/10.34119/bjhrv3n2-185>

SILVA, T. M. K. et al. **Estrutura Produtiva da Economia do Estado do Rio de Janeiro: Uma Análise de Insumo-Produto.** Econômica, v. 18, p. 2016.

SILVA, T. R. et al. **Análise dos efeitos dos gastos emergenciais com covid-19 nos setores produtivos do Estado do Rio de Janeiro.** O Papel da Rede Pró-Rio: Debate e Ação Pública sobre o Desenvolvimento Estratégico do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2021.

SZWARCWALD, C. L. et al. **Desigualdade de renda e situação de saúde: O caso do Rio de Janeiro.** Cadernos de Saúde Pública, 15:15-28.

TECPAR. **Instituto de Tecnologia do Paraná. Vacina russa será submetida à Anvisa até o fim de setembro.** <http://www.tecpar.br/Noticia/Vacina-russa-sera-submetida-Anvisa-ate-o-fimde-setembro>.

QUALIBEST. (2021). **Instituto Qualibest. Consumo de comida delivery por aplicativo.** Disponível em: <https://www.institutoqualibest.com/download/uso-de-apps-de-delivery-de-comida/> Acesso em: em 24/Mai/2020.

ZIMMERMANN, C. **Os Programas Sociais Brasileiros na Ótica dos Direitos Humanos: o caso do Bolsa Família.** Revista. Espaço Acadêmico Disponível em: http://www.pgpp.ufma.br/eventos/documentos_download.php?id=44. Acesso em: 18 jan.2022.